

## ATTAC

### Luta contra o neoliberalismo

A recente e ainda não superada crise cambial brasileira constitui mais uma demonstração do enorme poder que adquiriram, com a globalização dos mercados financeiros, os grandes especuladores internacionais.

A tibieza do governo FHC, que atua como testa-de-ferro desses grupos, está no centro da crise brasileira. Meio século de esforços, por parte de nossa sociedade, de construção de uma estrutura econômica industrializada, integrada e autônoma são sucateados e entregues a esses setores. As conseqüências desastrosas para a imensa maioria da população de nosso país estão se fazendo sentir com força cada vez maior, conseqüências que tornam imperativa a luta pelo fim do governo FHC – como destacam as matérias sobre “O Brasil depois do furacão”, que publicamos nas páginas 5 a 10 desta edição do *Em Tempo*.

Mas também é verdade que a imposição da hegemonia, no seio da classe capitalista, de uma burguesia rentista – não apenas predadora, mas igualmente parasitária – é um processo mundial. O que vemos no Brasil são as manifestações locais, com seus exageros de corrupção e servilismo, de uma recomposição global das relações de poder no interior do capitalismo, como apontam nesta edição Michel Husson e François Chesnais.

A luta contra o neoliberalismo e seus agentes no Brasil torna-se, assim, inseparável do combate à especulação financeira que determina a dinâmica do capitalismo mundial. Ganham, neste sentido, enorme relevância as atividades de divulgação, em nosso país, da Attac.

A Associação de Cidadãos pela Taxa Tobin é uma iniciativa internacional, lançada na França, visando taxar todas as operações onde há troca de moeda. Pretende ser o primeiro imposto mundial, taxando os mercados financeiros que se libertaram de qualquer controle social. Bernard Cassen, presidente da Attac francesa e diretor do jornal *Le Monde Diplomatique*, participou na primeira semana de março de uma maratona de debates – em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília –, sobre a Attac. Foram atividades massivas, que demonstram o espaço existente para a organização, no Brasil, de núcleos da Attac, agrupando pessoas engajadas na luta contra o domínio do capital financeiro internacional não só no Brasil, mas em todos os países.

As propostas da Attac têm diversos méritos: definem claramente qual é o inimigo central das propostas progressistas nas sociedades atuais; articulam a luta contra o neoliberalismo no terreno nacional com iniciativas concretas no terreno internacional; ampliam o horizonte dos debates que hoje necessitamos travar; procuram levar a luta para o terreno do adversário; e constituem expressões concretas de um novo internacionalismo popular, desenvolvido a partir de um quadro adverso, em que ele tinha refluído drasticamente. Merecem todo apoio da esquerda e dos movimentos populares.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO EM TEMPO



CRANÇÁ NO CULO DO BOMBEIRO: CARLOS HENRIQUE ÁRABE (FOTO DE AUTOR DESCONHECIDO)

## CENÁRIOS DA CRISE

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

**M**ais que uma crise econômica, a situação atual expressa também uma crise de legitimidade do governo FHC. Em 89 tivemos uma situação com alguma semelhança nas eleições presidenciais, ao final do governo Sarney. Mas havia uma diferença significativa: uma oposição de esquerda disposta a mobilizar e a disputar os rumos do país. A crise atual permite relocalizar este desafio: é o momento de construir uma alternativa política para o país.

A crise cambial de janeiro veio encerrar um período de mais de quatro anos em que

se procurou ordenar um rumo geral para a economia tendo como base a estabilização de preços com âncora cambial (referida ao dólar). Se esta foi a base operacional, os princípios que regeram a ampla reorientação da economia vêm de mais longe: desde o final do governo Sarney, as classes dominantes adotaram um curso de desmonte do Estado desenvolvimentista e de subordinação crescente à dinâmica do mercado mundial. Evidente que este processo se deu em meio a conflitos e, sobretudo, condicionado por direções políticas burguesas frágeis (Sarney, Collor e, depois, Itamar). Só ganhou coerência e velocidade com o governo FHC. E a forma que adquiriu esta fase, que agora terminou, foi o

plano Real. Mesmo neste período, desenvolveu-se com problemas derivados da extrema dependência em relação ao capital internacional: tivemos, já em 1995, um estancamento do crescimento inicial provocado pela estabilização, sob efeito da crise mexicana; em 1997, o baixo crescimento continuou sob o impacto da crise asiática; e, em 1998, sob pressão da crise russa, foi adotada uma política recessiva. Esta evolução mostrou que um dos elementos que permitiu o desenvolvimento capitalista brasileiro – uma relativa autonomia nacional – já não mais existia. E que, exatamente por isso, o país passou a acompanhar, sem resistência e sem alternativa, a série de crises na periferia.

Em todos esses momentos a política definida manteve e aprofundou a dependência e a privatização, e submeteu a economia a um largo processo de baixo crescimento, desemprego crescente e altas taxas de juros. O governo passou, progressivamente, a flexibilizar a relação real/dólar, com desvalorizações pequenas e graduais.

Este regime, no entanto, foi decisivo para alicerçar por mais de quatro anos a legitimidade de FHC. Sua crise abre um novo período político no país, cuja duração e ritmo ainda estão por ser definidos.

### A CRISE DE LEGITIMIDADE

A perda de legitimidade de FHC e da aliança conservadora em torno ao projeto que dirige não se deveu apenas aos percalços econômicos. Já nas eleições de 1998 ocorreu uma alteração da correlação de forças, com vitórias expressivas do PT (principalmente no Rio Grande do Sul) e de setores oposicionistas (a vitória de Itamar que passou a representar a mais importante dissidência a partir do campo dominante). Esta alteração não pode, todavia, ser exagerada: fomos derrotados na eleição presidencial no primeiro turno. Mas ela se expressou nos votos de oposição, que cresceram em 1998, e vem se expressando em lutas sociais.

A conjugação da perda de legitimidade com o fim do plano Real potencializa um conjunto de conflitos sociais e políticos, um período de crise latente, cujos ritmos dependem da luta política. Recoloca na cena nacional elementos de uma crise nacional, ou seja, a possibilidade de que problemas políticos, econômicos e sociais se retroalimentem, que os impasses se acumulem e que uma saída para a crise do ponto de vista dos trabalhadores possa ser novamente colocada em disputa. Diferente, no entanto, do período de 1988/1989, quando se instalou no país uma grande crise – que denominamos como *crise nacional* – não encontramos um fator chave presente naquele momento e ainda ausente hoje: a existência de uma alternativa política disposta a disputar uma via antagonista à imprimida pelas classes dominantes. Desenvolver (e recriar) esta vontade e esta alternativa é a chance que a crise oferece e o desafio para a esquerda.

A seqüência dos acontecimentos econômicos – com o acordo com o FMI e o aprofundamento da recessão vem mostrando que a direção política burguesa (FHC) redobrou as apostas na dependência externa e na privatização. Não mais pela via da âncora cambial, mas de um regime flexível cuja viabilidade está na subserviência absoluta ao capital internacional. Por isso mesmo continua um processo instável e sujeito a uma recorrência de crises.

### NESTA EDIÇÃO



### O BRASIL DEPOIS DO FURACÃO

Um amplo painel de análises e propostas debatendo o novo cenário criado pela crise do Real, com matérias e intervenções de Milton Temer, Tania Bacelar, Paulo Nogueira Batista, Paul Singer, Raul Pont, Tarso Genro e Cesar Benjamin. **PÁGINAS 5 A 10**

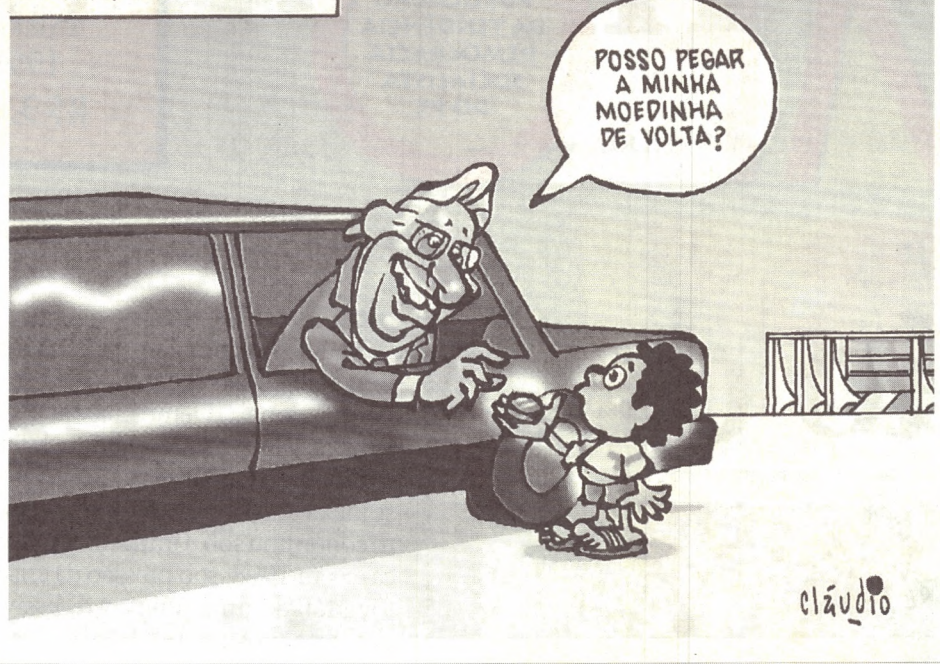
O MOVIMENTO “BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR” PROPÕE RELER A HISTÓRIA DE NOSSO PAÍS. **PÁGINA 16**

CONTINUA NA PÁGINA 3





REVENDO OS GASTOS



# NOTAS

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. - RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000 FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550 E-MAIL: ETEMPO@AX.APC.ORG

**JORNALISTA RESPONSÁVEL:** CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP). **EQUIPE DE EDIÇÃO:** JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, JOAQUIM SORIANO, GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS. **TIRAGEM:** 5.000 EXEMPLARES. **PERIODICIDADE:** MENSAL

## CONSULTA ZAPATISTA

No domingo, 21 de março, foi realizada no México (e em outros países) a segunda Consulta Popular promovida pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional. A consulta anterior havia sido realizada em agosto de 1995, sobre o tema das opções políticas do EZLN; a partir dela foi lançada a Frente Zapatista de Libertação Nacional.

A mobilização para esta consulta fora lançada em 19 de julho de 1998, pela *V Declaração da Selva Lacandona*, como uma forma de tentar fazer avançar o processo de paz no México, bloqueado desde 1996.

Naquele ano, um passo importante nesta direção parecia ter sido dado com a assinatura em fevereiro, pelo EZLN e pelo governo, dos *Acordos de San Andrés*, sobre os direitos dos povos indígenas. No entanto, o governo não deu depois o encaminhamento legislativo correspondente. Por esta razão, em setembro o EZLN rompeu as negociações com ele.

Em dezembro, foi formada uma comissão de todos os partidos políticos representados no congresso mexicano — inclusive o partido do governo, o PRI — para tentar levar adiante o processo de paz: a COCOPA, Comissão de Concórdia e Pacificação. O EZLN aceitou discutir com esta comissão. A COCOPA elaborou um projeto de legislação sobre os direitos indígenas, que não recolhia a íntegra dos *Acordos de San Andrés*, mas que foi aceito pelo EZLN. No entanto, em que pese a participação de deputados do PRI na sua elaboração, o governo recusou-o. No lugar disso, o que ele fez foi reforçar o cerco militar às zonas indígenas dirigidas pelos zapatistas.

Depois de mais de um ano sem qualquer avanço, o EZLN lançou então a proposta de uma nova consulta popular, que pediu à população para manifestar sua opinião sobre quatro propostas:

- 1) que os povos indígenas sejam incluí-

- 2) reconhecer a todos os seus direitos na Constituição, conforme aos *Acordos de San Andrés* e à iniciativa da COCOPA;
- 3) alcançar a paz desmilitarizando o país, com o regresso dos soldados a seus quartéis;
- 4) exigir que o governo "mande obedecendo".

A organização da consulta, além de contar com os grupos da FZLN, teve a participação de cinco mil indígenas de Chiapas, que foram enviados a todo o país. Foram montadas 7485 mesas eleitorais. Os primeiros resultados da contagem indicam que votaram cerca de 3 milhões de pessoas no México, e que cerca de 95% das respostas foi "sim" às quatro questões, com apenas 2% de "não". Votaram também 30 mil pessoas no estrangeiro.

Esta mobilização de 3 milhões de pessoas representou, sem dúvida, uma vitória dos zapatistas. Na consulta de 1995, haviam tido pouco menos de 1,5 milhão de votantes.

O PRD, principal partido de oposição, cujo principal dirigente, Cárdenas, é o prefeito da Cidade do México, e o candidato favorito para as próximas eleições presidenciais, havia organizado uma consulta semelhante em agosto de 1998. Seu tema foi a proposta do governo de converter os passivos do FOBAPROA — Fundo Bancário de Proteção à Poupança — em dívida pública, ou seja, fazer uma espécie de PROER mexicano. Participaram da consulta do PRD pouco mais de 3 milhões de pessoas, que rejeitaram a proposta do governo.

Ou seja, a capacidade de mobilização dos zapatistas, em que pese o cerco do governo, não apenas cresceu desde 1995, como mostrou-se semelhante à do principal partido da oposição institucional.

João Machado

## BRENDA SILVARA, MARITA

No domingo, 3 de janeiro, morreu, aos 53 anos, nossa companheira Brenda Silveira, conhecida por todos pelo seu nome de guerra: Marita.

Professora, era dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores do Uruguai e da Quarta Internacional. Lutadora dos anos duros da clandestinidade sob a ditadura militar (1973-1985), esteve presa em um campo de concentração durante três anos (1975-1978), onde foi torturada brutalmente, sem jamais fazer qualquer concessão a seus carcereiros. Exilada no Brasil entre 1982-1984, foi organizadora do sindicato dos professores quando da abertura democrática em 1985, militante da Frente Ampla e de sua corrente radical e uma feminista convicta.

Tinha todos os títulos requeridos para o diploma revolucionário. Nunca se vangloriou deles. Guardava-os em sua bolsa de combatente incansável.

Até hoje. Sua trajetória sem claudicações e passional ira, a partir de agora, somar-se ao arquivo de nossa memória histórica.

É evidente que, com sua partida, perdemos prática política intransigente, experiência social, convicção teórica, coerência programática, capacidade pedagógica. Tudo o que não se recupera quando uma lutadora como ela se vai. O que mais, todavia, perdemos com Marita?

Quando o companheiro Ernest Mandel morreu, em 1995, Marita escreveu um artigo para *Mate Amargo* (o quinzenário dos Tupamaros). O título dizia: "Como todo revolucionário, insubstituível". O mesmo se pode dizer dela e, então, não haveria necessidade de acrescentar mais nada. Porém hoje, em meio ao desconsolo que nos atinge, queremos expressar outros sentimentos, dores, recordações e compromissos. Fazemos isso no mesmo e difícil momento em que começamos a transitar o íngreme caminho de sua ausência.

É indiscutível que ao não a termos conosco na luta cotidiana, perdemos "acumulação revolucionária" como coletivo de mulheres e homens que subverte os hipócritas valores dominantes, coletivo comprometido com as lutas populares e com a utopia da emancipação social. Mas não só isso.

Perdemos a possibilidade de apelar com segurança e em qualquer ocasião para o "último bastião": àquele que não falha nunca, que sempre oferece uma saída, uma resposta, um apoio solidário e incondicional, seja no plano estritamente político, seja no plano moral ou afetivo. Justamente, porque em seu horizonte não estava nem a busca do "reconhecimento imediato", nem a mesquinhez.

Porque lhe sobravam aquelas qualidades que hoje são tão escassas, inclusive na própria esquerda: uma transparência avassaladora (que as vezes chocava); uma aguda e culta inteligência (acompanhada por uma sólida formação marxista); uma humildade e desapareço ao material (como só pode ter uma pessoa que nasceu e cresceu na mais extrema pobreza); uma coragem

temerária (própria dos que vivem com se tivessem sempre que romper grilhões). Neste sentido, sim, perdemos uma peça-chave, insubstituível por ser humanamente incomum.

Durante sua internação no hospital, aprendemos a querê-la e a respeitá-la muito mais. Ali, aparentemente indefesa frente à doença cruel, com seu corpo extremamente debilitado, continuava preocupada com seus alunos, a quem adorava; com seus companheiros do PST e da Quarta Internacional, do sindicato dos professores (que lhe deram todo o apoio material necessário); com suas maravilhosas companheiras da Escola França, que a rodearam de carinho em todos os momentos; com seus familiares que a acompanhavam. Em nenhum momento — nem sequer quando o desenlace fatal parecia bater à porta — deixou de ser a mulher de sempre. Vital. Alegre. Sincera. Fraternal. Solidária.

Nestes dias de incerteza sobre o prognóstico, nós que estávamos a seu lado, contagiado-nos com sua vontade de lutar contra o câncer pelo direito de viver. Alimentamos com ela a possibilidade de uma esperança. Mas não pode ser assim. No domingo, 3 de janeiro, às 21:30 horas, todos, por fim, pudemos chorar sem o risco de seu olhar interrogativo e crítico de nossas debilidades humanas.



Sabendo que nos fará muita falta, agora resta a recordação insuperável. E o compromisso de luta. Em um mundo sem ilusões e desesperado de cinismo, onde há poucas razões para o otimismo revolucionário, Marita é uma delas.

Através do exemplo de sua abnegação desinteressada, aprendemos que, como no poema, o militante tem "todos os sonhos do mundo" e que dá tudo de si para projetá-los no futuro.

Brecht chamava de "indispensáveis" aqueles que lutavam por toda sua vida. A melhor leitura que podemos fazer dessa frase é que não podemos nem devemos prescindir de gente assim. E estamos certos que não prescindiremos da companheira Marita.

Despedimo-nos como ela queria e merecia, sem solenidades estridentes, nem rituais solenes. Simplesmente com um aplauso de agradecimento. Até a vitória!

**Ernesto Herrera**  
Montevideo, 8 de janeiro de 1999.

ABRIL 1999

**EM TEMPO** MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:  
 APOIO: 50,00       NORMAL: 30,00

NOME: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".  
 Nesta edição, *Anthony Giddens e a terceira via*, de Francisco Louçã; *A federação desfigurada*, de Francisco de Oliveira; e *Nasce uma hiperburguesia*, de Denis Duclos.



# CENÁRIOS DA CRISE

**A**inda que o auge da crise cambial pareça ter sido superado, ao menos provisoriamente, o máximo que se conseguiu até agora foi uma administração parcial e limitada da taxa de câmbio. A inflação não explodiu devido à possibilidade de uma recessão maior do que as previsões oficiais. A expectativa em um grande crescimento das exportações, como mecanismo de reduzir a intensidade da recessão, não vem se verificando.

A verdadeira âncora que passa a substituir a cambial passa a ser os ditames do FMI e dos Estados Unidos. Se o sistema de "conselho da moeda" – ver págs. 6, 7 e 10 – não foi adotado, os seus pressupostos estão em vigor. A receita é realizar a terceira onda de privatizações (terminando com o resto do núcleo desenvolvimentista, como a Petrobrás e o que sobra do sistema energético); radicalizar o corte do gasto público e, portanto, dos sistemas públicos de seguridade; assegurar condições para administrar o pagamento da dívida pública e privada; e, portanto, um processo prolongado de recessão e desemprego.

## PRIMEIRAS LIÇÕES

Qual a margem de manobra para o governo FHC executar uma política tão antipopular, ou seja, para viabilizar a via entreguista de saída da crise? Qual a estratégia da esquerda para fortalecer uma outra saída para a crise?

Os primeiros conflitos nesta nova situação foram marcados pela oposição dos governadores do PT, do PDT, PSB e de Itamar Franco aos acordos de pagamento da dívida dos estados. Mostraram seu limite por dois fatores:

- não havia uma estratégia geral definida, em particular pelo PT. Melhor dizendo, a estratégia partidária adotada, até agora, privilegiou uma oposição à política econômica – reduzindo, portanto, seu alcance, justamente em um momento de perda de legitimidade política do governo FHC;
- havia uma visão muito limitada de criar condições de governabilidade para

a oposição (que seria dada pelo recuo do governo federal na questão da dívida), subestimando, portanto, o alcance da crise do país. Mesmo com o recuo do governo, a margem de decisão dos governos estaduais continuará muito estreita, submetida à recessão, à pressão do corte de gastos e ao rumo geral do país, que são antagônicos aos programas defendidos pelo PT nos estados onde governamos.

Mas é preciso ver também que a expectativa de um conflito nacional protagonizado pelos governadores de oposição, não substitui a idéia de um grande conflito em que entram em cena partidos e movimentos de massa. O que é correto dizer é que a atuação dos governadores do PT foi limitada dentro do papel que eles poderiam jogar. Neste quadro sobressaiu o conjunto de iniciativas de Itamar.

## LIMITES DA POSIÇÃO ATUAL DO PT

Os debates travados no PT são decisivos para definir os rumos da oposição ao governo FHC. É preciso lembrar que no interior do que se pode chamar de oposição – incluindo além do PT, o PDT, o PCdoB, o PSB, o PSTU, o governador Itamar, entidades e movimentos sociais – existe uma diversidade importante de posições, algumas delas esboçando saídas inaceitáveis, de tipo governo de unidade nacional – subordinando os interesses dos trabalhadores a alguma fração dissidente das classes dominantes.

No âmbito do PT, duas proposições vêm sendo formuladas. A que tem sido majoritária, mesmo incluindo o questionamento à legitimidade do governo FHC, concentra as tarefas de oposição no confronto com a política econômica, destacando como eixo o rompimento dos acordos com o FMI. Esta posição não resolve uma questão básica: não é possível mudar a política econômica sem mudar o governo. É, portanto, uma posição de meio caminho, já que não incorpora um conjunto de tarefas políticas que a crise evidencia, além de induzir a política dos governadores a uma

linha contraditória, de conflito econômico e convivência política com o governo FHC.

A alternativa a esta proposição, que defendemos, coloca no centro do problema o próprio governo FHC e apresenta como rumo geral, para ser defendido na crise, a luta por um outro governo, daí derivando a proposta de novas eleições presidenciais.



## A LUTA POR UM NOVO GOVERNO

Ainda que esta proposta tenha aparecido em mais de uma vertente – foi apresentada inicialmente pelo companheiro Tarso Genro – é preciso, do nosso ponto de vista, discutir seu sentido e as condições para se tornar eixo de um amplo movimento. É, portanto, um problema maior do que dispor de uma bandeira de propaganda.

A luta por um novo governo busca efetivar a resolução do PT: deslegitimar o governo FHC e questionar o seu mandato. Isso, hoje, tem a maior importância, porque se trata de reunir meios para impedir FHC de executar o programa acertado com o FMI, de não reconhecer

MAIS QUE UMA CRISE ECONÔMICA A SITUAÇÃO ATUAL EXPRESSA UMA CRISE DE LEGITIMIDADE DO GOVERNO, QUE RECOLOCA O DESAFIO DE CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA PARA O PAÍS.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

no governo atual autoridade para sucatear ainda mais o país.

Mas, além disso, o sentido geral é o de anunciar e organizar a vontade de construir uma alternativa política. Isto passa pela retomada das discussões programáticas – onde adquirem caráter estruturador a distribuição da renda e da propriedade combinada com o rompimento da subordinação ao imperialismo – e deve nortear as ações dos governadores e o empenho na reanimação e unificação dos movimentos de massa. A luta para inserir a disputa política dentro da dinâmica da crise visa, também, alterar os seus termos, hoje dominados pela agenda econômica. É isto que pode alterar os ritmos e as possibilidades abertas na situação nacional.

Enfrentamos um inimigo poderoso, que, mesmo desgastado, dispõe de reservas estratégicas. Não se trata de um governo que está caindo; ou ainda, de uma disputa que pode ser resolvida somente na arena institucional. Mas trata-se de um governo que pode ser amplamente questionado – por iniciativas parlamentares, paralisações e outras manifestações de massa, pela ação dos governadores – e destituído, se a dinâmica do país se encaminhar para uma grande crise nacional e se tivermos capacidade de acumular forças. É bom lembrar que FHC tem, em tese, mais quatro anos pela frente.

Este cenário mais favorável, no entanto, pode ou não se verificar até as próximas eleições municipais. Mas com uma situação social deteriorada ao extremo, com uma política de oposição radical a FHC, o partido e a oposição poderão acumular forças e plebiscitar o governo federal, podendo retomar, em melhores condições, a tarefa de terminar o mais cedo possível o desastre chamado FHC.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

## II CONGRESSO DO PT

**N**a noite de 11 de novembro deste ano ocorrerá a abertura do II Congresso do PT. Até lá queremos que o PT viva um momento onde o debate de idéias ocupe boa parte do tempo de toda a militância.

O Diretório Nacional reunido no último final de semana de fevereiro aprovou o *Manifesto de Lançamento do II Congresso*: "O PT convoca o seu II congresso em um momento especialmente grave da vida nacional e internacional – um momento crucial para o futuro do nosso país e de todos os países periféricos..."

"Em seus dezenove anos de vida, o PT participou ativamente das lutas sindicais e populares, reuniu uma considerável experiência parlamentar e, nos últimos anos, enfrenta o desafio de governar dezenas de cidades e vários importantes estados brasileiros. Nosso partido sempre foi ao mesmo tempo de resistência e de transformação e é enquanto tal que ele vê-se hoje confrontado com a necessidade de afirmar a sua vocação de poder nacional, de mostrar a si próprio e a toda a socie-

dade que é capaz, junto com os partidos aliados, de governar o país e realizar o grande programa de transformações sociais que o Brasil reclama, no limiar do século XXI. Não é demais repetir que essa nova hegemonia, de conteúdo democrático, libertário e socialista, deverá estar baseada na organização dos trabalhadores e de todos os setores explorados e oprimidos. Somente a sua organização autônoma será capaz de conquistar novos direitos, instaurar uma nova moralidade e garantir o respeito às diferenças étnicas, raciais, sexuais e etárias, com vistas à extinção das desigualdades sociais..."

"A esquerda libertária, por outro lado, não pode desconsiderar, como o PT nunca desconsiderou, o fato de que há, no Brasil e no mundo, uma crise objetiva e subjetiva do projeto socialista, em consequência das fracassadas experiências do chamado "socialismo real" e da desagregação social, com perda de referências éticas e ideológicas, provocada pelo neoliberalismo. É preciso, em larga medida, reinventar o ideal socialista, mantendo aquilo que permanece fecundo na tradição revolucionária e, ao mesmo tempo, superando resolutamente o que a história e as classes populares rechaçaram, substituindo-o por novas bandeiras e propondo estratégias, que dêem renovada mate-

rialidade e força social às aspirações igualitárias, fazendo-as capazes de galvanizar corações e mentes das mulheres e dos homens de hoje, com suas incertezas, seus temores, mas também com seu poderoso, indestrutível desejo de felicidade".

Temas muito instigantes percorrerão os debates. O balanço da trajetória do partido, o programa democrático e popular, a organização partidária e a perspectiva socialista. Momento impar para definições estratégicas. No mesmo processo de debates e encontros preparatórios serão eleitas as novas direções partidárias, em todos os níveis.

Esperamos que este excepcional esforço militante, de debate aberto, crítico e abrangente contribua para restabelecer normas de convivência compatíveis com o projeto revolucionário que queremos representar. A adesão ao partido é um ato voluntário. Participar do congresso com direito a voto exige estar em dia com todas as obrigações partidárias, da mesma forma que votar em uma tese ou para a direção exige a participação no debate. São questões muito simples e básicas, que no então foram descuidadas, levando a situações que macularam a democracia e a imagem do PT.

Joaquim Soriano



COM A MUNDIALIZAÇÃO,  
O COMBATE CONTRA O  
CAPITALISMO SÓ É  
POSSÍVEL SE SITUADO NA  
PERSPECTIVA DA SUA  
SUPERAÇÃO. É DO  
SOCIALISMO QUE TEMOS  
QUE VOLTAR A FALAR.

MICHEL HUSSON E  
FRANÇOIS CHESNAIS

**T**ranscrevemos abaixo a última parte de uma entrevista-diálogo entre Michel Husson e François Chesnais sobre a crise econômica atual, publicado no nº 153 da revista francesa *Critique Communiste*, do último trimestre de 1998. Nas duas primeiras partes da entrevista, os dois economistas debateram as origens reais de uma crise que tem sido vista sobretudo como crise financeira. Enquanto Husson enfatizou sobretudo o papel desestabilizador da concorrência entre países dominantes e dominados com níveis tecnológicos muito desiguais, Chesnais destacou a existência de um "regime de acumulação" que privilegia as aplicações financeiras, e que tem feito desde 1974-75 verificar-se uma tendência persistente de declínio dos investimentos produtivos, com o que a massa total de valor criada é insuficiente para rentabilizar o conjunto dos capitais. Debateram também as assimetrias econômicas entre de um lado os EUA e do outro a Europa e o Japão — os EUA tem crescido mais nos últimos anos, mas com uma taxa de poupança muito baixa e um déficit externo crescente: seu crescimento vem sendo financiado pela Europa e pelo Japão.

MICHEL HUSSON

A entrada sucessiva dos diversos setores da economia mundial em uma fase depressiva é hoje uma quase-certeza. Toda a questão é saber se haverá uma Grande Crise, semelhante à dos anos 30: recuo brutal e simultâneo da produção, quebras financeiras em cadeia e explosão do desemprego. Este cenário não pode, evidentemente, ser excluído, e podemos até dizer que sua probabilidade aumentou no curso dos últimos meses. Mas isto não é o mais provável: o atolamento em uma situação pantanosa não leva necessariamente a um desmoronamento.

Há duas razões essenciais para isto. Em primeiro lugar, a economia mundial é compartimentada, contrariamente às imagens que fazem dela um conjunto perfeitamente integrado. Em segundo lugar, a perspicácia da burguesia é maior do que nos anos 30. Estes dois elementos não serão suficientes para aplanar a crise que vai estender-se e endurecer-se. Mas constituem portas corta-fogo suficientes para evitar uma propagação brutal e universal.

Podemos, aliás, perguntar-nos se esta saída catastrófica seria a mais favorável aos trabalhadores. A resposta a esta questão não mudará, é claro, a trajetória da crise. Mas pode contri-

## CRISE MUNDIAL

buir para um melhor posicionamento anti-capitalista. Com efeito, anunciar a crise final leva a conceder uma espécie de prêmio aos partidos de orientação social-liberal, como o PS francês, se o desmoronamento não vem. Há hoje uma perda de legitimidade muito forte da ideologia neoliberal, cuja ruína pode alimentar um discurso nacionalista, um discurso de ruptura radical, mas também um discurso de "controle razoável da situação". Não podemos disputar-lhe a hegemonia unicamente na base de um prognóstico catastrofista, que induz sobretudo à resignação.

A crise abre, deste ponto de vista, uma conjuntura ambivalente, em que a tomada de consciência do fracasso neoliberal precede os efeitos retroalimentadores da crise. É esta defasagem que permite consolidar um discurso coerente em torno da seguinte idéia: a crise é tão profunda que, se queremos evitar a catástrofe, "é tempo de ser radical", para retomar a fórmula de Paul Krugman.

FRANÇOIS CHESNAIS

Suas observações sobre a "perspicácia da burguesia" no plano econômico me deixam perplexo. Não devemos nunca subestimar os meios político-repressivos que a burguesia pode mobilizar para conservar o poder. Mas, no plano em que você fala, você lhe empresta virtudes que ela própria não se

atribui! Basta abrir os jornais de negócios anglo-saxões e ler os debates sobre o FMI, ou os artigos sobre a fraqueza extrema dos países do G-7, para medir a que ponto a burguesia financeira mundial está verdadeiramente inquieta. A ausência de "perspicácia" foi flagrante na Rússia, e as diversas frações no seio do FMI e do Departamento de Estado dos EUA não param de jogar a responsabilidade umas sobre as outras.

O caráter particularmente tenso da situação econômica mundial resulta do estado de cegueira e de despreparo das classes dominantes capitalistas. Elas realmente deixaram-se embriagar pela "vitória contra o comunismo". Atiraram Keynes às gemônias<sup>1</sup>. Abraçaram a utopia burguesa reacionária do caráter auto-regulador dos mecanismos de mercado e liberaram forças de anarquia capitalista devastadoras.

Mas tratemos do "catastrofismo" e da "grande crise". Se adotamos o ponto de vista dos assalariados, dos trabalhadores precários e dos desempregados, o debate sobre se haverá uma "grande crise" ou um mergulho lento numa recessão generalizada torna-se secundário. Sua situação já se degradou tanto, que a perspectiva de um novo agravamento é angustiante e dificilmente suportável. A desregulação, a precariedade, a flexibilidade e o desemprego massivo já levaram a uma degradação das condições cotidianas dos assalariados que, por exem-

plo, permitiu a AC!<sup>2</sup> evocar há muito tempo a situação dos anos 30.

Se é verdade que, faz alguns meses, vimos uma certa estabilização do desemprego oficial, combinada com uma subida vertiginosa dos empregos precários, você sabe tanto quanto eu que no caso de uma queda lenta do ritmo da economia o desemprego vai retomar sua curva ascendente. Você sabe o quê mesmo um aumento de algumas centenas de milhares de desempregados (na França) significaria para as mulheres e os homens que vivem perto do limite da pobreza; e o quê significaria também em termos de crescimento do medo e de sofrimento no trabalho para milhões de assalariados.

Portanto, não é preciso nem anunciar, nem esperar a "grande crise" para disparar contra a orientação "social-liberal", que é a do PS, é claro, mas também a do secretário-geral e da direção do PCF. Não é preciso esperar a "grande crise" para lançar-nos ao trabalho de elaborar um programa anti-capitalista verdadeiro, para o qual a candidatura comum LO/LCR<sup>3</sup> nas eleições europeias contribuirá para dar corpo, não apenas na França, mas em muitos países da Europa. É para esta elaboração que *Carré Rouge*, revista de que participo, quer contribuir organizando jornadas de estudo com o tema de um programa anti-capitalista com a perspectiva dos Estados Unidos Socialistas e Democráticos da Europa.

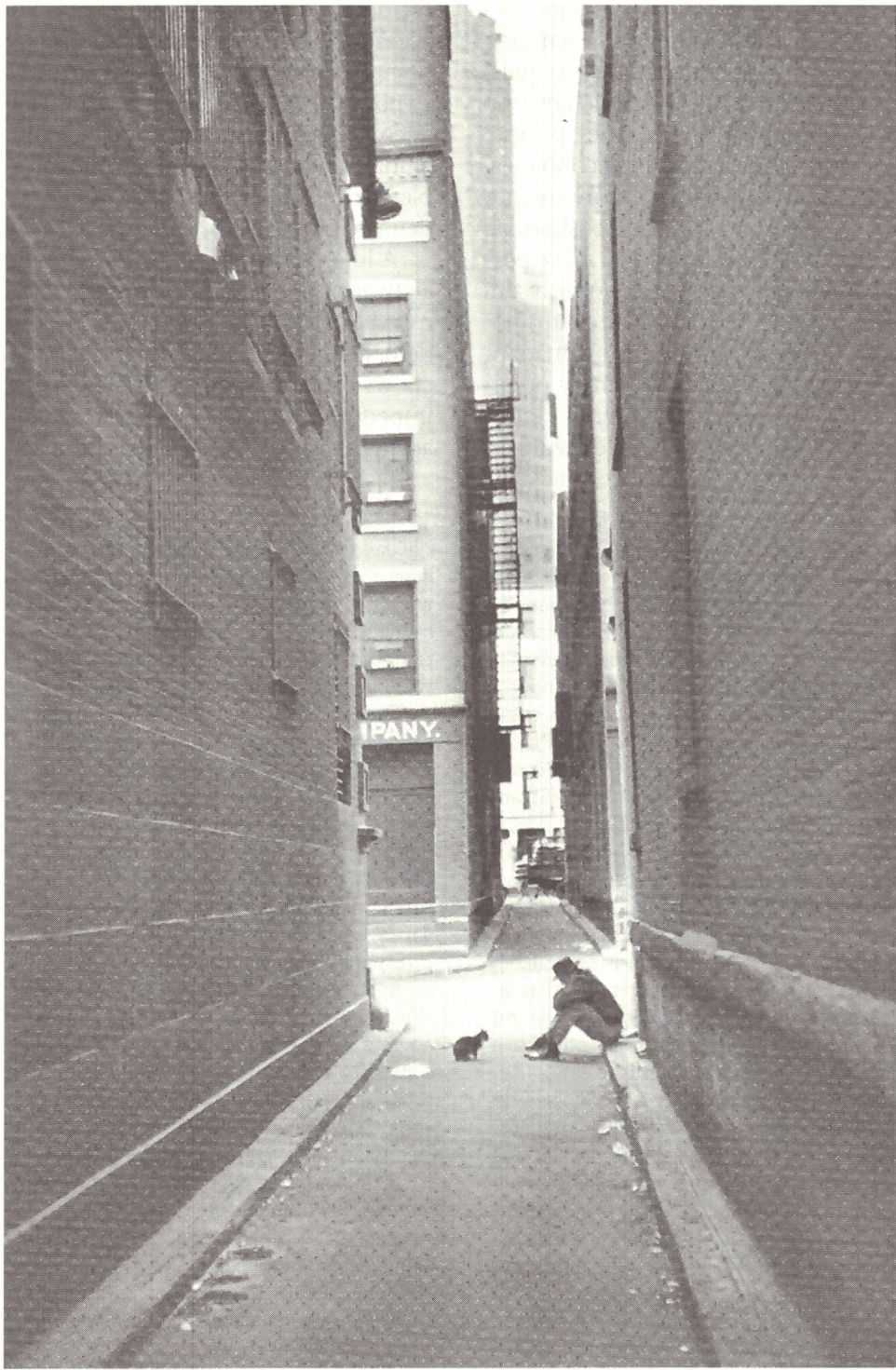
Nenhum novo agravamento da crise é necessário para que este trabalho se faça. Em termos de estado de espírito, o pânico nos mercados bursáteis, o alarme que a burguesia financeira norte-americana toca sem ser capaz de dar respostas, as imagens na televisão dos efeitos da crise na Rússia, que está às portas da Europa, e a quem a burguesia tinha prometido um futuro radioso, já mudaram a situação política profundamente.

Eu gosto muito da observação brincalhona que você fez sobre o "radicalismo" de Paul Krugman, que diante da crise se declara de novo keynesiano. Mas eu não gostaria que ela fosse interpretada como um convite a trocar o social-liberalismo pelo social-keynesianismo. Para dar aos assalariados e aos desempregados um futuro, é necessário um "radicalismo mais radical". Com a mundialização, o combate contra o capitalismo só é efetivamente possível se é situado na perspectiva da sua superação. É do socialismo que temos de voltar a falar.

<sup>1</sup> GEMÔNIAS: ESCADAS PELAS QUAIS, NA ROMA ANTIGA, ERAM ARRASTADOS E ATIRADOS AO RIO TIBRE OS CORPOS DOS SUPLICADOS.

<sup>2</sup> AC! É A SIGLA PELA QUAL É CONHECIDO O MOVIMENTO FRANCÊS "AGIR CONTRA O DESEMPREGO", DO QUAL MICHEL HUSSON É UM DOS PRINCIPAIS IMPULSIONADORES.

<sup>3</sup> LO: LUTA OPERÁRIA, ORGANIZAÇÃO TROTSKISTA FRANCESA (CUJA CANDIDATA, ARLETTE LAGUILLER, TEVE CERCA DE 5% DOS VOTOS NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS FRANCÊSAS); LCR: LIGA COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA, SEÇÃO FRANCESA DA IV INTERNACIONAL, CUJOS MILITANTES TÊM TIDO UMA PARTICIPAÇÃO INTENSA NAS GREVES CONTRA AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E NOS MOVIMENTOS CONTRA O DESEMPREGO.



HENRI CARTIER-BRESSON/LOWE/RETNA/1997





# CABE A NÓS APRESENTARMOS UMA ALTERNATIVA

## COMO VOCÊ ESTÁ VENDO A SITUAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS COM O AGRAVAMENTO DA CRISE?

Parece-me que vivemos uma contradição muito grande. De um lado, temos a crescente degradação dos instrumentos necessários a um modelo alternativo de política: o governo FHC liquidou o patrimônio público e aumentou a dívida pública de maneira brutal. De outro lado, o custo social dessa política amplia imensamente nosso espaço de ação política para lutar por esta alternativa. A consequência é que teremos que negar alguns dos compromissos assumidos pelo governo FHC, negando a sua própria legitimidade. Aí entra fundamentalmente a discussão da dívida: o endividamento efetuado nos últimos anos não correspondeu a instalação de ativos no país. Não foram construídos hospitais, escolas e estradas; ao contrário, destruiu-se o parque industrial, destruíram-se escolas e hospitais. Temos que discutir se pagaremos por aquilo que é produto exclusivo de uma operação de agiotagem.

## ESTAMOS FRENTE NÃO APENAS A UMA CRISE ECONÔMICA, MAS A UM PROCESSO QUE COLOCA IMPORTANTES DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS...

É importante que a esquerda veja isto, porque a direita já viu e está trabalhando a sua alternativa. Antônio Carlos Magalhães é sempre o primeiro a aderir, mas também o primeiro a sinalizar a degradação daquele governo ao qual aderiu. Não há dúvida que esta direita trabalha uma alternativa institucional para sua ascensão explícita ao poder. O PFL pode assumir aquele papel que os tucanos cumpriram até agora, através de uma jogada de médio prazo, com o projeto de instalação de um parlamentarismo de maneira golpista, decidido não por plebiscito mas pelo Congresso.

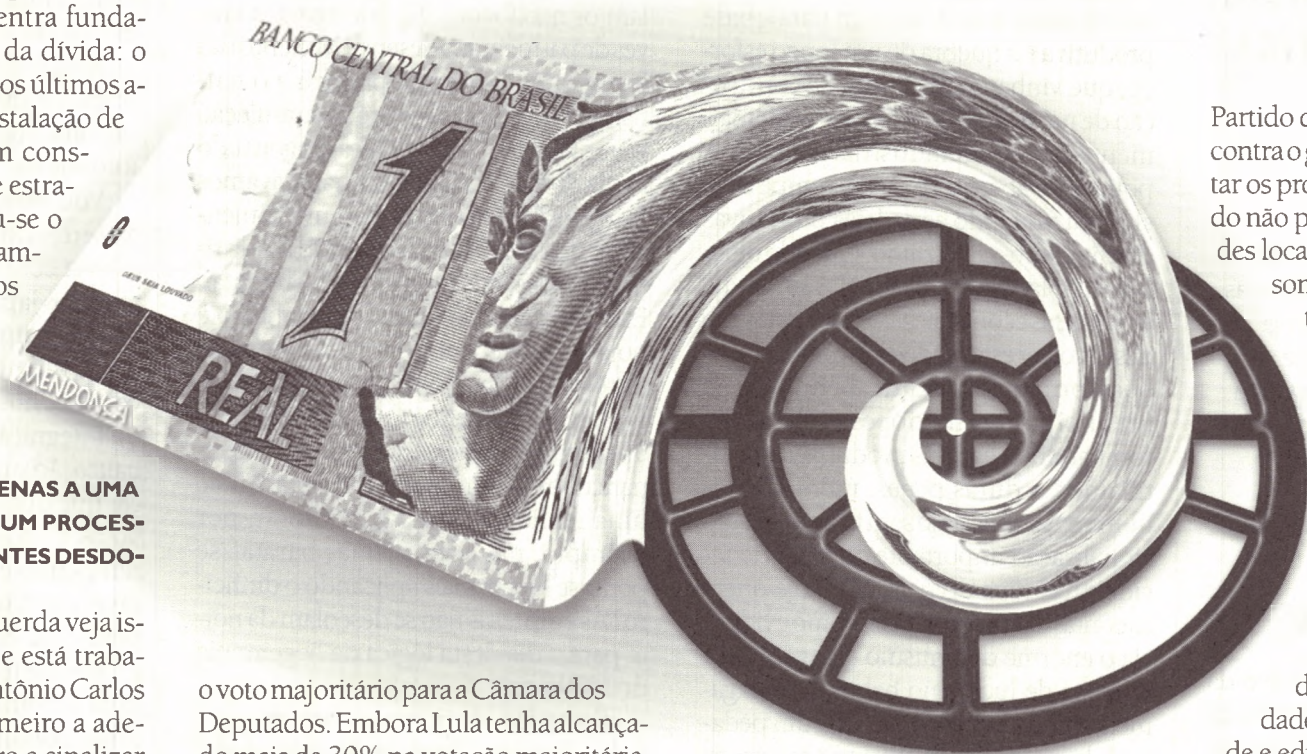
Cabe a nós apresentarmos uma alternativa a isso. Nossos objetivos fundamentais são, em primeiro lugar, colocar em cheque a legitimidade do governo FHC através da mobilização popular e, depois, se formos bem sucedidos nisso, substituímos este governo por uma alternativa democrática e popular. Só esta alternativa pode, no governo, ter coragem e sustentação social e política para contestar a dívida. Isso não é drástico nem complicado: um governo democrático e popular encabeçado pode ser um emulador daquilo que já começa a ser ventilados a nível internacional pelos mais diversos setores, a suspensão da dívida dos países ditos emergentes como questão fundamental para o terceiro milênio. Isso já começa a congrega diferentes setores progressistas num movimento semelhante aquele que foi feito contra a guerra do Vietnã. O Brasil pode assumir a vanguarda dessa expectativa de rompimento da lógica da financeirização internacional da economia.

## CONCENTRAR A DISPUTA POLÍTICA EM TORNO DO FIM DO GOVERNO FHC É QUE ORGANIZA, ENTÃO, AS DIFERENTES DIMENSÕES DA DISPUTA POLÍTICA DA ESQUERDA HOJE NO BRASIL?

Eu não tenho nenhuma dúvida. É isso que pode colocar o povo na rua. Se dependermos apenas do caminho institucional não vamos chegar a nada. A ordem política está hoje organizada na Constituição de tal forma que provoca uma distorção muito grande na representação parlamentar, estabelecendo piso e teto por representação de Estados. É uma confusão entre voto proporcional e voto distrital, porque o voto proporcional é aquele que por princípio se orienta pela lógica de que a cada cidadão cabe um voto de mesmo peso, mas na verdade quando estabelecemos piso e teto temos

substituição pela particular, da privatização das empresas públicas.

A ruptura com o governo FHC não deve ser vista como a ruptura pelo golpe, mas como a expressão de um direito democrático que na tradição anglosaxã recebe o nome de *recall*, isto é, a retomada de um mandato pelos eleitores que elegeram determinado representante e se sentem fraudados. Este é um instrumento que precisamos instituir na política democrática no Brasil, o direito que os eleitores tem de, quando submetido ao estelionato, pegar de volta o mandato. O estelionato é claro no caso



o voto majoritário para a Câmara dos Deputados. Embora Lula tenha alcançado mais de 30% na votação majoritária, nós, da oposição, não conseguimos sequer chegar a 20% da Câmara dos Deputados e a 10% do Senado.

Se não criarmos um movimento de fora para dentro, não poderemos reproduzir aquilo que aconteceu por ocasião das diretas, do processo constituinte e do "Fora Color". Podemos impor uma mudança à maioria conservadora e facilmente corruptível do Congresso Nacional desde que tenhamos uma pressão social expressiva. Mas para isso é preciso palavras de ordens que correspondam à situação atual. A necessidade hoje é clara: não há hipótese de diálogo com esse governo, porque as soluções que interessam ao povo brasileiro não passam pelos pactos de união nacional, que só beneficiam a classe dominante. Só conseguiremos aproveitar o descontentamento e a expectativa popular de transformação, modificando o quadro institucional e substituindo o governo FHC por um governo popular e democrático — só ele terá sustentação para ir ao fulcro da solução para crise nacional, a suspensão do pagamento da dívida. Com esse pagamento da dívida não há alternativa para o povo brasileiro.

## A POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL JOGA BOA PARTE DO PESO DO AJUSTE NEOLIBERAL PARA OS ESTADOS. COMO VOCÊ ESTÁ VENDO ESTA QUESTÃO?

É claro que as relações com os Estados jogam um papel importante, mas não nos esqueçamos que o aspecto fundamental do ajuste diz respeito ao problema dos inativos, dos servidores, dos pensionistas no plano da união, da liquidação da previdência pública e sua

de FHC: o Congresso ficou em quarentena, durante os seis meses do período eleitoral, para que FHC através de seus tecnocratas negociasse esse acordo com o FMI, um acordo aviltante e subalterno que meses antes das eleições colocava em cheque as próprias promessas de campanha de FHC. Pelo acordo e pelo corte de despesas será impossível concretizar essas promessas. Nós podemos, sim, invocar a retomada do mandato devido ao estelionato que foi nos impostos pela propaganda enganosa de FHC durante a campanha eleitoral.

No caso do movimento de governadores aconteceu uma coisa que causou perplexidade no campo de oposição e que temos que corrigir o mais rápido possível. O governador Itamar Franco — que não era sequer cotado como oposição — tomou, sozinho, a iniciativa de partir para ruptura absoluta com o governo federal. O que o demarca dos outros governadores é ter uma estratégia, não é de transformação da sociedade, mas uma estratégia de escalada do poder, estratégia que pressupõe o fracasso do modelo FHC. Ele aposta nisso e quer faturar, quando isso ocorrer, por ter sido o primeiro agente do confronto. Nossos governadores (em especial o Olívio Dutra) ficaram numa posição bastante incomoda, porque não seguiram o caminho de Itamar e terminaram, uma certa forma, caindo na armadilha da linha de Anthony Garotinho que é uma linha indiscutível de acordo de FHC.

Isso nos obrigou a transformar rapidamente o mandato de nossos governadores em um instrumento adicional do

NÃO HÁ HIPÓTESE DE DIÁLOGO COM ESSE GOVERNO. SÓ UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR TERÁ SUSTENTAÇÃO PARA IR AO FULCRO DA CRISE E SUSPENDER O PAGAMENTO DA DÍVIDA.

ENTREVISTA COM MILTOM TEMER

Partido dos Trabalhadores nesta pressão contra o governo federal. Sem negar a tratar os problemas administrativo, o partido não pode se subordinar às necessidades locais, nem definir sua posição pela soma aritmética delas, ou pela particularidade de cada um destes governos. O PT tem que traçar uma perspectiva nacional que crie boas alternativas para nossos próprios governadores e essa alternativa é transformar o partido em um instrumento de combate e confronto direto com esse modelo neoliberal. O desemprego, a recessão, a perda de rendimento, o aumento das dificuldades nas áreas de previdência, saúde e educação, todas essas mazelas são consequência natural de um regime que se consolidada na subalternidade ao capital especulativo internacional e aos seus cúmplices no Brasil.

## VOCÊ VÊ ALGUMA MUDANÇA, EM CONSEQUÊNCIA DO AGRAVAMENTO DA CRISE, DA FORMA COMO A QUESTÃO NACIONAL VEM SENDO TRATADA PELA ESQUERDA BRASILEIRA?

A crise impediu que o PT marchasse para um caminho perigoso, anunciado no último Encontro Nacional, a idéia da centro-esquerda. Existia um fascínio muito grande pelas construções teóricas do trabalhismo inglês. Eu diria até que a maioria da direção do PT estava achando radical não as posições da Refundação Comunista da Itália, mas mesmo as formulações do Partido Socialista Francês. Isso agora se torna insustentável com a crise no Brasil e a rapidez com que se decompõe aquilo que o próprio PT denunciou durante quatro anos, ou seja, a fragilidade do modelo FHC.

As esquerdas e o PT em especial foram despertados para isso. Se nós entrarmos nesta lógica, vamos terminar fazendo a mesma coisa que o PPS já fez e que o PSDB está fazendo, que é a acomodação à nova ordem internacional. A consciência desta situação abriu um caminho novo e tenho a sensação que é possível tanto na bancada do PT no plano federal como no próximo congresso do partido chegarmos a uma posição bastante mais avançada do que a que tivemos no último encontro.



MILTON TEMER É DEPUTADO FEDERAL PELO PT/RJ.



# RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA



A SITUAÇÃO ATUAL É O FIM DA MENTIRA DE QUE O REAL VALIA O QUE ELE PARECIA VALER. E NÃO DÁ PARA CONSTRUIR O FUTURO DE PAÍS NENHUM EM CIMA DE UMA MENTIRA.

O PT promoveu no dia 29 de fevereiro um debate sobre as perspectivas da economia brasileira depois da crise cambial. Participaram Paulo Nogueira Batista Jr., Paul Singer e Tânia Bacelar. Transcrevemos, a seguir, partes das intervenções dos debatedores. Nenhuma intervenção foi revista pelos participantes do debate.

## TÂNIA BACELAR

Estamos em um momento novo da vida brasileira, com tudo que ele nos lega de ônus, mas também com tudo que ele tem de possibilidades. O fato novo a marcar a conjuntura de 1999 é a ruptura da política cambial. Apesar dela provocar, no curto prazo, um aprofundamento da crise e das dificuldades, abre uma situação nova. O governo sabia que essa ruptura ia acontecer e se negou a realizá-la de uma forma mais ordenada, mas mesmo assim, para mim, isso é uma coisa positiva. O país não agüentava mais aquele tipo de política e a ruptura com ela é um fato positivo.

Essa política cambial deixa, é claro, uma herança muito pesada. A situação do país em 1994 era muito melhor do que hoje. O legado deste período é um ônus muito grande. Não tínhamos um déficit externo mas um superávit comercial de dez bilhões e um déficit na balança de serviços de onze bilhões, portanto um déficit em transações correntes ridículo. Ou seja, não tínhamos problemas pelo lado das contas externas do país.

Hoje, temos um déficit externo impossível de ser financiado no curto prazo, que nos obriga a ir ao FMI, e de uma dimensão considerável, 4,5% do PIB. O Plano Real nos colocou numa situação de grande vulnerabilidade.

Também pelo lado da dívida pública e do déficit público a situação em 1993 era muito melhor do que hoje. O déficit operacional em 1993 era praticamente inexistente. Claro que ele foi trabalhado para fazer o plano real, mas não tinha a gravidade de hoje, quando corresponde a 8% do PIB. Ampliamos muito o que os economistas diziam ser a causa estrutural da inflação brasileira, a di-

vida pública, que hoje corresponde a uma carga muito maior sobre a sociedade brasileira do que antes do real.

Eu gosto de comparar a dívida pública de 1993 com os ativos públicos do Brasil naquela época. Os ativos eram, então, mais do que suficientes para zerar a dívida. Hoje, temos uma dívida de mais de 350 bilhões, já queimamos uma parte importante dos ativos e o que sobra, mesmo se for queimado rapidamente, não dá conta nem do pontapé inicial para começar a resolver esse problema. E além de ativos públicos, queimamos, neste período, ativos privados.

A sociedade foi, assim, entregando o que ela construiu ao longo de muito tempo e hoje temos um ônus, em termos de dívida, muito maior do que tínhamos antes do plano real. A herança para a base produtiva é a quebra de um longo esforço, que vínhamos fazendo, de construção de um tecido econômico, principalmente do tecido industrial do país. A política de abertura externa rompe com ele e sai minando as cadeias produtivas que tínhamos construído. Quando olhamos no plano internacional, vemos que as políticas econômicas visam proteger e desenvolver estas cadeias produtivas, enquanto o que a política de abertura fez no Brasil foi justamente o oposto: ela saiu arrombando as cadeias produtivas que tínhamos, a duras penas, montado nas últimas décadas. Isso sem falar na desnacionalização importante de parte do tecido produtivo do país, que hoje onera as contas externas do país, como evidencia o enorme dinamismo que ganhou a remessa de lucros no balanço de pagamento nos últimos anos. Tem um pedaço da burguesia brasileira que vai ter cada vez mais dificuldade de continuar bancando a continuidade desta trajetória.

A pior herança social é, para mim, o desemprego. A taxa da entrada nova na população economicamente ativa (PEA) é alta e a economia não consegue dar conta disso. Na minha cidade, Recife, tem 300 mil pessoas em desemprego aberto, 300 mil numa PEA de pouco mais de um milhão de pessoas.

Quando abrimos o jornal da segunda-feira é como se fosse uma guerra civil aberta.

Temos hoje, em síntese, uma situação de mais dificuldades, temos mais restrições para superar os reais problemas da sociedade brasileira do que tínhamos em 1994. A hiperinflação, na verdade, escondia nossos desequilíbrios, que já eram graves, mas eles são, hoje, ainda mais graves. E agora trocamos a saída da hiperinflação pela intensa crise cambial. Eu não sei qual é pior.

Do ponto de vista estratégico, a opção central do período recente foi, na minha opinião, a opção pelo rentismo em detrimento da acumulação na esferas produtiva. O Estado continua presente na economia brasileira, ao contrário do que falam os neoliberais. Só que agora, ao invés de patrocinar o desenvolvimento das forças produtivas, ele patrocina o rentismo. Ele entrou no que é a acumulação mundialmente hegemônica e jogou tudo nessa direção, quando ainda estávamos no meio do caminho do desenvolvimento de nossa economia, quando ainda tínhamos desafios enormes para enfrentar. Essa opção estratégica pelo rentismo é hoje um ônus importante, muito mais forte do que em 1994. Ela criou nas empresas determinados tipos de estratégias e prioridades; a hegemonia do gerente financeiro nas empresas produtivas é hoje uma realidade. Porque comprar, por exemplo, matérias primas baratas se pode-se lucrar mais aplicando o dinheiro? As empresas não se descolam da noite para o dia desta lógica da hegemonia do rentismo.

É a opção, do ponto de vista do país, pela submissão. Resistimos, na verdade, até 1994. O Brasil, apesar de nossas estatísticas de hiperinflação, era um exemplo de resistência a Consenso de Washington, não tínhamos aderido àquela receita. A partir de 1994 o governo se rendeu e hoje estamos pagando um preço elevado por esta adesão.

Mas a situação é, ao mesmo tempo, melhor hoje do que há seis meses atrás. A ruptura da âncora cambial é a ruptura da política hegemônica, ela desmonta o discurso oficial, ela desmoraliza o Gustavo Franco. Isso é uma mudança importante, uma oportunidade para

discutir e reorientar os rumos.

É uma oportunidade porque é o fim da ilusão e da mentira, a mentira de que o real valia o que ele parecia valer. Não dá para construir o futuro de país nenhum em cima de uma mentira. Eu prefiro a verdade de hoje. Embora ainda esteja se definindo qual vai ser a nova taxa de câmbio, ela será a taxa real. Será uma taxa que vai revelar todo o ônus acumulado neste período e a realidade da conjuntura mundial de hoje. (...)

## PAULO NOGUEIRA BATISTA

No caso do Brasil, o sistema que realmente convém é o da flutuação cambial. A situação é difícil, mas nem tudo que aconteceu foi ruim para o Brasil a médio e longo prazo, já que para nós é melhor termos um sistema de flutuação cambial.

A razão básica para se ter um regime flexível é que ele dá ao Banco Central nacional condições de operar com mais autonomia.

Vou exemplificar com o caso do Japão e dos Estados Unidos, que tem muito a ver com nossa discussão. As economias dos Japão e dos Estados Unidos são parceiras importantíssimas uma para a outra, ninguém desconhece isso. Vejam vocês, se houvesse de fato a globalização e a integração intensa que o termo globalização sugere, como é possível explicar que durante quase toda a década de 90 os Estados Unidos tenham um desempenho econômico altamente favorável e dinâmico e o Japão um desempenho de estagnação e, mais recentemente, de recessão aberta? Se houvesse uma integração tão poderosa entre as duas economias, os Estados Unidos puxariam o Japão para cima ou o Japão puxaria os Estados Unidos para baixo.

Mas isso não existe. A dinâmica macro-econômica, sobretudo nas economias de maior peso, é dominada por fatores nacionais, internos. É possível entre parceiros tão importantes quanto o Japão e os Estados Unidos haver um longo período em que o desempenho macro-econômico diverge substancialmente.

A política que o Banco Central do Japão tem que praticar pode ser radicalmente diferente da política que o Banco Central dos Estados Unidos tenha que praticar. E o Banco Central do Japão está com uma taxa de juros de curto prazo de 0,125% ao ano! Por que? Porque a economia japonesa está em um processo prolongado de estagnação, recessão aberta mais recentemente, ameaçando entrar em uma depressão. Já o Greenspum, do Banco Central norte-americano, está cogitando novamente elevar a taxa de juros.

Num mundo em que os mercados de capitais de curto prazo estão bastante integrados, o que aconteceria se o Banco Central norte-americano elevasse a taxa de juros e o japonês baixasse a taxa de juros e os Estados Unidos e o Japão tentassem manter uma taxa de câmbio fixa entre si? Haveria um afluxo tremendo de capitais do Japão para os Estados Unidos, que faria o que? Faria com que as reservas do Banco Central japonês caíssem e crescessem as reservas do Banco Central americano até um ponto onde o Japão teria que abandonar a taxa fixa ou os americanos teriam que permitir uma forte expansão monetária no seu país.





Quando os japoneses e americanos dizem que não querem fixar as taxas de câmbio entre as principais moedas é porque eles querem ter bancos centrais com autonomia para praticar uma política econômica anticíclica. O regime de câmbio fixo amarraria os bancos centrais de uma forma que é incompatível com o fato de que as principais economias não estão integradas, de que não há globalização. Esse é o problema.

O mesmo argumento se aplica, *mutatis mutandis*, ao Brasil. O Brasil precisa ter a possibilidade de praticar políticas de juros e, dependendo da conjuntura econômica nacional, absorver eventuais discrepâncias da sua política de juros com as políticas de juros de outros parceiros importantes na taxa de câmbio, deixando ela ser flexível.

Eu não estou, evidentemente, querendo insinuar que nós temos uma posição que nos permita adotar o mesmo regime cambial que os Estados Unidos, o Japão ou a Alemanha. O Brasil é um país em desenvolvimento, com problemas gravíssimos e baixa credibilidade e não pode entrar na flutuação de peito aberto. O Brasil tem que ter uma flutuação mais controlada e administrada do que aquele que praticam as principais economias do mundo.

Isso significa que no nosso caso a flutuação tem que ser acompanhada de uma maior disposição do Banco Central de participar diretamente do mercado de câmbio, entrando, comprando e vendendo, para moderar as flutuações da taxa de câmbio e eventualmente indicar uma certa tendência.

Esse ponto é controverso, mas não tanto quanto este segundo, que eu vou colocar aqui. Nossa flutuação tem que ser controlada em outro sentido, temos que ter uma estrutura de controles sobre o balanço de pagamentos, mas particularmente sobre a movimentação de capitais, que um país mais sólido provavelmente pode dispensar.

Temos, então, que ter um Banco Central com recursos humanos, tecnológicos, de informação e decisão política para administrar com muito cuidado os fluxos internacionais de capitais. Seja no sentido de controlar eventuais excessos de liquidez, seja no sentido de preservar a possibilidade de limitar saídas, inclusive de residentes. O Brasil não tem conversibilidade plena nem na conta corrente nem na conta de capitais do balanço de pagamentos. Mas esse sistema foi muito erodido desde o governo Collor. O Banco Central não está, ao que eu saiba, com todos os instrumentos fortalecidos e precisa investir muito nesse sentido.

Isso pressupõe, evidentemente, que se abandone a idéia liberal de que quanto mais liberdade para os mercados melhor. Particularmente no que diz respeito aos mercados internacionais de capitais, é muito importante que um país como o Brasil tenha esses instrumentos de controle e os utilize com cuidado. Digo isso porque, dependendo da maneira como o controle de capitais for feito, também pode gerar um estrago muito grande, reduzindo a credibilidade do país em determinadas circunstâncias.

Mas eu acho muito importante estabelecer os princípios, as características estruturais de um novo regime brasileiro: primeiro, a administração do mercado de câmbio pelo Banco Central; segundo, uma preocupação muito grande em estabelecer um sistema de controle sobre a movimentação de capitais, parti-

cularmente os capitais voláteis ou de curto prazo. (...)

### PAUL SINGER

Em 1930, o Brasil enfrentou uma situação semelhante à atual. Estávamos quebrados, levamos o ouro que havia no Brasil, o lastro da moeda nacional, para Londres, para garantir a nossa credibilidade externa. Quando o ouro chegou lá, a Inglaterra saiu do padrão-ouro, esta perdendo o ouro deles. Ficamos sem o ouro e sem o padrão-ouro mundial, mas reagimos muito bem. O Brasil saiu da crise nos anos 30 antes da Inglaterra, antes dos Estados Unidos, mais ou menos junto com a Suécia.

Acho que esse é o desafio, quer dizer, nós podemos dar uma banana para os credores externos. Eu pergunto para os companheiros e para mim mesmo: se nós recebermos os trinta e poucos bilhões de dólares que o FMI e congêneres estão prometendo, se nos comportarmos bem, quantos desses dólares vão ser investidos no Brasil? Minha resposta é: nenhum. Esse dinheiro passa pelo Brasil, aumenta a dívida externa e a dívida pública brasileiras e permite que mais capitais saiam do país. Ou serve para pagar uma parte da dívida externa que está para vencer e não vai ser renovada.

O Brasil está hoje fazendo uma política econômica que interessa exclusivamente a uma parcela mínima da burguesia brasileira. Isso é uma questão fundamental, que se expressa numa hegemonia ideológica ainda forte sobre a opinião pública brasileira. Uma grande parte dos jornalistas brasileiros ainda estão nessa: "quando é que nós vamos conseguir que os capitais estrangeiros voltem ao Brasil? Quando é que nós vamos conseguir que esses governadores façam o ajuste fiscal, que afinal o Zé Inácio no Espírito Santo fez tão bem?"

Se nada mudar politicamente, nós vamos fazer uma recessão que pode nos levar a 4, 5% ou mais do PIB para baixo; um desemprego que pode chegar a 25%, 30% nas áreas metropolitanas. No ano passado, sem tudo isso, chegou a 20%

aqui em São Paulo. Nós podemos privatizar não apenas o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás, mas a saúde e a educação, que é no fundo a consequência lógica dos ajustes fiscais que estão sendo exigidos. Qual é o grande gasto público que não dá para comprimir? São os professores, as enfermeiras, os médicos que, bem ou mal, atendem à massa da população brasileira que não pode pagar educação e saúde privadas. Para mim, a lógica leva a isso.

Esse é o cenário lógico. E ele atinge muito mais os estados e municípios, que fazem esses gastos. O governo federal saiu disso. O único gasto direto do governo federal é educação superior e pesquisa científica. E ele está cortando isso de uma maneira brutal. Vai acabar com uma grande parte da pesquisa científica no Brasil, como está acabando com as universidades federais—o que está provocando uma violenta reação da SBPC e de toda a comunidade científica. O resto é com os prefeitos e governadores.

De um modo geral, levantar a população dos estados contra a política econômica federal me parece absurdamente elementar. Temos que fazer isso que está sendo feito em alguns estados, particularmente Minas Gerais. A população tem que ser reunida e ouvir: "Vocês querem escola? Vocês querem manter pelo menos esta saúde pública precária que conseguimos ter hoje? Então vão para a rua, façam abaixo assinados, se mobilizem, porque senão não vão ter." (...)

Nós estamos chegando a uma situação em que cortar, cortar sobretudo no gasto público e através dos juros altos, cortar o crédito das empresas, portanto o emprego e a sobrevivência das empresas, está provavelmente chegando a um limite que se torna politicamente insuportável. (...)

Creio que podemos resumir a discussão no seguinte. Na relação do Brasil com seus credores, o problema não é apenas o tamanho da dívida externa brasileira, é o vencimento dela. Pelos dados que temos, mais de setenta bilhões vencem em 1999. Nós não vamos exportar cem bilhões de dólares em 1999, está fora de cogitação. Também não vamos impor-

tar zero, está fora de cogitação.

Temos então dois cenários. Se entrar os trinta e poucos bilhões do FMI, mais outros trinta ou quarenta bilhões de fontes privadas, aí o governo terá recursos para intervir no mercado de câmbio, baixar o dólar para 1,60, aí a inflação será provavelmente muito menor, aí ele terá condições para baixar a taxa de juros e, em algum momento do segundo semestre, começar a sair da recessão.

Acho esse cenário altamente improvável. O Brasil sofreu uma severa fuga de capitais em agosto e setembro do ano passado, lembram disso? Em outubro, ela vira zero. Por que? Pela reeleição do Fernando Henrique e o acordo com o FMI, que será fechado em novembro. Mas depois o projeto a respeito dos aposentados foi recusado e, em 6 de janeiro, Itamar Franco anunciou a suspensão do pagamento—não foi recusa de pagar nem nada. Isso foi suficiente para reacender a fuga de capitais e todo mundo que não fugiu até o dia 13 levou na cabeça. Qual foi a mensagem do que aconteceu no Brasil para os investidores externos? Quem acreditou no Fernando Henrique é um idiota. Esta claro isso? É evidente que os capitais externos algum dia voltarão ao Brasil. Mas quando os bancos deixam o Bill Clinton, o FMI e o G-7 falando sozinhos em apoio ao governo brasileiro e tiram bilhões de dólares do país (foram 1,8 bilhões no último dia), aí acabou a brincadeira.

Creio então que o melhor cenário que está sendo apontado tem uma probabilidade próxima a zero. Este ano. Se você estender o prazo, 2000, 2020, 2030, tem 100% de probabilidade. A questão chave é, então, quando este melhor cenário vai acontecer? E o que acontece no meio, antes dele acontecer? O que se exigirá do povo brasileiro, da sociedade brasileira, do governo brasileiro, dos governos brasileiros, estaduais, municipais, companheiros, para que esse melhor cenário se realize? Essa é, a meu ver, a pergunta básica. Não é uma questão ideológica, de romper com o Fundo ou não romper com o Fundo, o problema está em avaliar o tempo que levará em ajustes fiscais infinitos e em cortes de crédito, e de recessão e de desemprego até que reconquistemos a confiança dos investidores estrangeiros. Essa é toda a questão.

Eu não me arrisco a fazer essas previsões. Há coisas que acontecem fora do Brasil de uma enorme importância para os investidores externos. O Brasil é um caso entre cento e tantos mercados emergentes. Para eles, não há muita diferença entre o Brasil e a Moldávia. Se a Moldávia quebrar amanhã, eles vão adiar em mais seis meses os investimentos no Brasil.

É, pois, muito difícil fazer essa previsão, já que ela não depende exclusivamente do nosso bom comportamento, aceitando e engolindo as exigências que eles estão fazendo ao país. Dependerá, em última análise, do bom comportamento do conjunto dos mercados emergentes. Eles não voltarão só para o Brasil; ou eles voltarão para o Brasil, para a Indonésia, etc, ou não voltarão para nenhum, porque na visão deles, isso é uma unidade. Tudo indica, pela experiência de 1997 e 1998, que vai levar muito tempo. Na crise da dívida externa de 1982, eles levaram nove ou dez anos para voltar para toda a América Latina. Vocês se lembram disso. Eu não vou dizer: bom agora vai levar novamente oito ou nove. Eu não sei. Mas acho muito pouco provável que eles voltem em 1999. Obrigado. ■







O GOVERNO OLÍVIO SE RECUSA A SER UM GERENTE DO PAGAMENTO DA DÍVIDA; ELE HONRARÁ O PROGRAMA E O PROJETO POLÍTICO PELO QUAL FOI ELEITO.

ENTREVISTA COM RAUL PONT

**COMO ESTÁ HOJE A SITUAÇÃO DO GOVERNO DO PT NO RIO GRANDE DO SUL?**

A situação do Estado é extremamente difícil. A campanha foi um grande confronto entre dois projetos para o Rio Grande. Batemo-nos com um projeto que transformava o Estado em um instrumento de transferência de renda para as grandes empresas, principalmente multinacionais (Souza Cruz, General Motor, Coca-Cola, Ford) – seja através de incentivos e renúncia fiscais, seja através do repasse direto de recursos. Britto apostava em uma mudança do perfil industrial e do padrão de acumulação no Estado, prometendo que em um futuro indeterminado o crescimento seria retomado. Nós, de outro lado, denunciávamos esse modelo subordinado ao FMI e ao governo FHC por intermédio da Lei Kandir, do Fundo de Estabilização Fiscal, da abertura indiscriminada do comércio exterior etc. Apresentamos, durante a campanha, um projeto distinto, propondo recuperar a economia do Estado com base na defesa de sua economia tradicional; aceitaríamos investimentos externo desde que eles estivessem se realizando por conta própria e não com recursos públicos. Afirmávamos que o governo não podia abrir mão de sua receita e tinha que acabar com a política de renúncias fiscais que Britto desenvolveu. Defendemos que esses recursos deveriam alavancar o Estado. Assumimos, também, que suspenderíamos as privatizações.

Nosso governo herdou quatro anos de déficits operacionais crescentes, que somente foram cobertos graças à venda do patrimônio público. O governo não fazia nada para reverter essa situação. O Estado não aumentou o número de funcionários, nem seus salários, nem os serviços prestados, mas mesmo assim acumulou um déficit crescente porque as receitas despencaram. O próprio governo Britto projetou para o orçamento de 1999 uma receita de R\$ 850 milhões de nova privatizações, que permitiria atingir-se um equilíbrio fiscal mínimo – sem essa receita temos um rombo enorme a ser coberto, já que nos propuzemos a não privatizar mais nada. Se isso não bastasse, o acordo assinado com o Governo Federal compromete, se for cumprido, em torno de R\$ 700 milhões ao ano com transferências do Estado para o Governo Federal.

Finalmente, ganhamos a eleição por uma margem muito apertada, uma diferença de meio ponto; quase metade dos gaúchos acreditava no projeto Brit-

# VAMOS HONRAR NOSSO



to. E hoje ainda enfrentamos a unidade da grande burguesia no Estado, principalmente da sua vanguarda, proprietários dos meios de comunicação, que continuam alinhados com esse projeto.

Nosso governo tem que tomar medidas e definir os enfrentamentos levando em consideração esses elementos: ao mesmo tempo que buscamos resolver os problemas que herdamos, temos que reforçar nossa legitimidade e atrair para nosso campo de apoio (ou neutralizar) parte dos possíveis adversários para que não comprometemos nossa capacidade de dirigir o Estado.

Fomos, de certa forma, atropelados pela atitude tomada por Minas Gerais de

estabelecer uma moratória unilateral antes que os governadores de oposição definissem uma condução comum deste processo de confronto com o governo central. Esse é um elemento importante para entender a situação do Rio Grande do Sul: Itamar tomou suas iniciativas sem uma construção unitária no campo oposicionista. Ora, o governo Olívio jogou esforços, neste período, exatamente para construir a maior unidade possível entre os governadores do PT, PSB e PDT e a situação de Minas Gerais, com as particularidade que ela tem.

Estabelecemos uma tática que nos permitisse um diálogo com a sociedade, que levassem em conta a situação da qual

partíamos. Não que a nossa situação seja melhor que a de Minas ou muito diferente das demais, mas entendíamos que eram necessário cumprir algumas etapas com as iniciativas que desenvolvemos, como o depósito do pagamento ao governo federal em juízo e, no segundo mês, já trabalhando não só com recursos monetários mas também com imóveis que não são tão necessários para o Estado. Achamos isso defensável. Esse foi nosso ponto de partida para desenvolver esse enfrentamento e procurar melhorar nossa correlação de forças.

**ESSAS INICIATIVAS VISAM REFORÇAR A IMAGEM DA NOSSA ADMINISTRAÇÃO JUN-**

## O PRESIDENTE FORA DA LEI

O art. 170 da Constituição, parágrafo 1º, regulando os princípios gerais da atividade econômica, assenta que a ordem econômica do país obrigatoriamente deverá observar, entre outros, o princípio da soberania nacional, cujo respeito é condição a ser preenchida para legitimar os contratos do Estado na promoção dessa ordem. A preservação da soberania é, pois, requisito irrenunciável, que vincula o agente político na sua relação com terceiros. Na carta-compromisso firmada perante o FMI (item 18), o governo FHC não só se comprometeu a adotar um novo sistema tributário, exigido pelo Fundo, como prometeu (item 23) obedecer à orientação de prosseguir na venda do patrimônio público, tudo para pagar juros e serviços da dívida. Na mesma carta (item 29), o governo declara que obedecerá à orientação de reduzir para

7%, no máximo, a participação dos bancos públicos nos depósitos do sistema bancário brasileiro. O objetivo é óbvio: abrir espaço para o controle do setor pelos bancos estrangeiros. Tanto no primeiro acordo como no recentemente anunciado, que reitera os termos anteriores, o governo FHC atenta frontalmente contra a soberania nacional como princípio geral orientador da atividade econômica. No art. 85 da Carta, está previsto como crime de responsabilidade do presidente o atentado contra o livre exercício do Poder Legislativo. Tal atentado ocorreu flagrantemente na cooptação de parlamentares, por meio de vantagens políticas, e até na compra de votos para a reeleição (segundo informações levantadas pela Folha), bem como no esforço do presidente para impedir CPI destinada a investigar a matéria. Foi a mais grave denúncia que emergiu na cena pública brasileira (mais que todas as falcaturas de Collor), pois era uma ação delituosa que visava reformar a lei fundamental do país: a Constituição. O art. 84 da Carta, inciso 26, permite que o presidente, nos termos do art. 62, em caso de "urgência

e relevância", edite medidas provisórias "com força de lei". Seria fastidioso enumerar as vezes em que o presidente usou MPs sem nenhum sentido "urgente e relevante", contribuindo para "reformatar" de fato e autoritariamente o conceito dessa prerrogativa excepcional, assim reconhecida nas Constituições democráticas, que a adotam para impedir o arbítrio, não para viabilizá-lo. O art. 85 da Carta aponta como crime de responsabilidade do presidente o fato de ele atentar contra a segurança interna do país. FHC faz isso sistematicamente. Além de, no primeiro acordo, o governo comprometer-se com a entrega do controle das nossas reservas ao banco central americano se elas chegassem ao limite de US\$ 20 bilhões, a carta permite – o que é confirmado pelo segundo acordo – que o FMI oriente de forma absoluta nossa ordem econômico-financeira, como foi feito por meio de compromissos como os assumidos nos itens 24, 25, 30 e 31 (entre outros). Esses itens desenhavam antecipadamente os atos de governo requeridos pelo FMI, representante da agiotagem globalizada. No novo acordo, tudo é reiterado e aprofundado. Finalmente, se a FHC fosse



# PROGRAMA

## TO À OPINIÃO PÚBLICA, CONSOLIDAR A IDÉIA DE UMA CONDUÇÃO RESPONSÁVEL DO GOVERNO ESTADUAL E DA RELAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL?

Procuram basicamente legitimar junto aos gaúchos a política desenvolvida pelo governo Olívio, mostrando para a população que quem não cumpre a Constituição é o governo federal, quem não respeita a negociação é o governo federal e que as retaliações que foram feitas ao Estado vêm quebrando a legalidade e passando por cima do pacto federativo — através da suspensão dos repasses de transferências que são constitucionais, quando o Estado está em dia (porque nós não estamos inadimplente, estamos, sim, pagando na justiça).

Nosso governo precisa construir, para esses choques com o governo central, uma maior legitimidade e é exatamente isso que estamos fazendo. Vamos desenvolver esses enfrentamentos sob base políticas mais sólidas, estabelecendo ao mesmo tempo uma relação com o conjunto da população, com a maioria dos prefeitos (muitos poucos são do campo democrático e popular ou dos partidos da Frente Popular), aplicando medidas coerentes com nosso discursos anterior e com a confrontação da política do governo federal.

Um dos nossos primeiros atos foi sancionar a legislação que garantia a primazia dos municípios para realizar a inspeção veicular. Isso parece algo pequeno, mas não é. No Rio Grande do Sul estão em jogo acerca de R\$ 140 milhões; só para Porto Alegre isso significa mais de R\$ 30 milhões. Britto queria privatizar esses serviços, e foi um ganho político para o nosso governo um dos seus primeiros atos ter sido chamar os prefeitos, mesmos aqueles que não votaram em nós, e afirmar que esses serviços estão sendo passado aos municípios contra o que é a vontade do governo federal. Estamos agindo da mesma forma em relação ao repasse do salário-educação. A União repassa para os Estados a cota do Estado e dos municípios; Britto, que nunca repassava esses recursos, quando

começou a fazê-lo, o fez através de uma lei, aprovada pela sua base de sustentação, totalmente desvantajosa aos municípios. Também iniciamos uma luta junto com alguns municípios para forçar o governo federal a acabar com a suspensão dos financiamentos para estados e municípios pelos agentes de financiamento federais (Caixa, BNDS e Banco do Brasil). Essas são medidas que apontam em uma direção oposta ao que fazia o Brito e ao que faz o governo FHC. Isso está permitindo que estabeleçamos uma relação muito mais sólida com setores que não votaram em nosso governo.

A medida mais forte foi, todavia, o início imediato do processo de democratização, transparência e controle público sobre o orçamento do Estado. Neste momento, milhares de pessoas estão participando nas esferas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimentos (CRD), nas cidades que tem o orçamento participativo diretamente através do orçamento participativo e depois compatibilizando isso juntos aos CRD. A discussão do orçamento plurianual, que o governo vai mandar esse mês para a Assembleia, já será feita com base em um debate prévio no fórum de todos os CRD, pela primeira vez na história do Rio Grande e do Brasil. O orçamento plurianual é o plano quadrienal do governo para todo o mandato e ele será feito democraticamente com a participação direta da população. Ainda não é como gostaríamos de fazer, do ponto de vista do número de participantes, mas já sinaliza que a partir de agora teremos, a cada ano, muito mais cidadãos discutindo o desdobramento do plurianual, que são os orçamentos anuais de cada ano.

## ESTA É A VERSÃO ESTADUAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO?

Exatamente, é a estadualização do orçamento participativo. Nós temos a experiência dos CRD, que tem que ser absorvida neste processo. Os CRDs são

conselhos que agrupam dezenas de municípios, todos os 467 municípios estão ligados em algum conselho, são mais de 20 conselhos regionais, com uma certa homogeneidade territorial, geográfica e econômica. Nele podem ser incorporados prefeitos, vereadores, lideranças sindicais e comunitárias, universidades.

Os CDRs já existiam, mas com duas grandes deficiências. De um lado, como foi criado por lei em governos que, no máximo, ouviam os conselhos mas não davam a eles nenhum poder deliberativo, os encaminhamentos do conselhos era uma espécie de conselhos ao rei. Não tinha caráter deliberativo e o governo podia aceitar ou não suas recomendações (tanto Colares como Britto nunca acataram essas resoluções). De outro lado, Britto, no último ano do seu mandato, tentou inovar comprometendo os conselhos com a elaboração de uma consulta popular através do voto — listas de projetos de reivindicações regionais eram apresentadas a população e ela, pelo voto direto, escolhia e hierarquizava esses projetos, dentro de limites bastante grandes (geográficos e orçamentários). Isso foi cumprido, mas um orçamento de R\$ 8 bilhões, o governo dedicou a isso RS 100 milhões, que é menos do que Porto Alegre sozinha investiu no ano de 1998. Foi uma experiência eleitoral, feita em pleno processo eleitoral, como resposta ao orçamento participativo que praticamos hoje em Porto Alegre, Caxias, Alvorada, Gravataí, Viçosa, Palmeira das Missões, enfim, nas cidades que o PT governa no Rio Grande do Sul. Era o reconhecimento explícito de que o orçamento participativo tinha uma força democrática irresistível, uma força eleitoral que eles não conseguiam desconstituir e frente à qual acabavam tendo que se render.

Assim, ao mesmo tempo que partimos para um enfrentamento duro com o governo federal, com uma determinada linha de ação em torno da qual se pode até ter alguma diferença, temos também uma tática muito bem pensada e discutida dentro do governo para garan-

metáfora do que aconteceria com o real: "A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal". O real era falso, e FHC cometeu estelionato eleitoral. O governo FHC entalou o país numa enrascada histórica. Conta com a solidariedade e a manipulação de grande parte da mídia, que não só procura desmoralizar quem reage com indignação e energia, como Itamar Franco, apresentando-o como se ele fosse um aventureiro irresponsável, como não informa o povo sobre a gravidade da situação de dependência e dilapidação da nossa base produtiva histórica, construída com sacrifício de milhões. Num país em que as instituições do Parlamento e do Judiciário cumprissem suas funções constitucionais, o presidente já seria considerado fora da lei, em posição de afronta à Constituição.

**Tarso Genro** é membro do Diretório Nacional do PT. Foi prefeito de Porto Alegre (RS) de 1993 a 96 e deputado federal de 1989 a 90. Matéria originalmente publicada na *Folha de S.Paulo* de 11 de Março de 1999.

tir a governabilidade e chamar a população do Estado à apoiar as medidas de nosso governo.

As lutas pela liberação dos financiamentos que estão suspensas no BNDS, na Caixa e no Banco do Brasil, a luta em relação a questão da inspeção veicular, a derrubada e a revogação da lei Kandir e do Fundo de Estabilização são medidas que todos os prefeitos do bloco oposicionista e o movimento popular e sindical têm que colocar na ordem do dia como elementos de fortalecimento da luta dos governadores e dos municípios. Essa é uma luta popular porque esses recursos nas mãos dos municípios vão ter um papel muito mais importante para a população do que quando estão centralizados pelo governo federal — servindo para enriquecer meia dúzia de agiotas e grandes especuladores. Toda luta que vá na direção da descentralização de recursos e do fortalecimento dos municípios fortalece um gasto que combate o desemprego e a desigualdade social e regional. Queremos que esses passos no Rio Grande do Sul sejam dados concomitantemente com o enfrentamento da crise nacional.

## QUAL É A LINHA ESTRATÉGICA DO GOVERNO NESTA QUESTÃO?

Uma coisa tem que ficar bem clara: nós não vamos manter um governo simplesmente para pagar funcionários e a dívida. Não vamos passar quatro anos administrando uma crise e transferindo renda via Estado, via tributos, para agiotas. A hegemonia do capital financeiro, do rentismo como a forma de acumulação que os capitalistas adotaram mais recentemente no Brasil e no mundo, é inaceitável. Conduziremos um enfrentamento sem tréguas para quebrar esta lógica e aí se insere uma luta implacável contra o governo FHC, que representa e põe em prática esse modelo. Nós não vamos vacilar na hora que não tivermos possibilidade de pagar essa conta, se não houver renegociação, e simplesmente suspenderemos o pagamento. Por uma razão muito simples: não vamos entregar dinheiro para agiotas que falem para os funcionários, a segurança pública, o atendimento hospitalar e assim por diante. Vamos honrar essa decisão porque esse é um compromisso com os setores que votaram no PT e na Frente Popular.

O governo Olívio se recusa a ser um gerente do pagamento da dívida, nós não temos lições de casa à fazer, não fomos eleitos nem nomeados por FHC; ao contrário, tanto o Olívio como o Lula ganharam no Rio do Grande do Sul e as pessoas dentro Federação têm uma autonomia que deve ser respeitada, inclusive no aspecto de que o povo gaúcho rejeitou esse modelo. O governo gaúcho tem, então, toda legitimidade para tomar as medidas que está tomando em defesa dos empregos, de uma melhor distribuição da renda, de um novo pacto tributário que não permita essas coisas que estão acontecendo nestes últimos anos. Temos a convicção que os companheiros e companheiras que estão no governo do Estado estão, apesar de todas as dificuldades encontradas, honrando este programa e este projeto.

RAUL PONT É PREFEITO DE PORTO ALEGRE E MEMBRO DO DN DO PT. ENTREVISTA À JOSÉ CORRÊA LEITE.



aplicado, analogamente, o artigo 171 do Código Penal para julgar sua campanha eleitoral, ele poderia sofrer pena de reclusão de um a cinco anos. O artigo está assim redigido: "Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, aduzindo ou mantendo alguém

em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento". A redação da súmula 73 do Supremo Tribunal de Justiça, que sintetiza um conjunto de decisões sobre "falsificação de dinheiro", permite dizer que ela também é uma premonição e uma



# SE ELES VENCEREM, O BRASIL SERÁ TRANSFORMADO EM UMA FARSA



O PLANO REAL DESMORONOU. ELE DUROU MAIS DO QUE OS OUTROS PORQUE CONTOU COM MAIS RECURSOS EXTERNOS, MAS SUA FALÊNCIA TERÁ CONSEQÜÊNCIAS MUITO MAIS DESASTROSAS.

ENTREVISTA COM CÉSAR BENJAMIN

## COMO VOCÊ CARACTERIZA A SITUAÇÃO BRASILEIRA ATUAL?

O Plano Real desmoronou, como prevíamos. Durou mais que os outros porque pôde contar com uma quantia gigantesca de recursos externos, tomados sob a forma de empréstimos ou arrecadados pela venda do patrimônio público. Justamente por isso, sua falência terá conseqüências muito mais desastrosas.

Desde um ponto de vista nacional, não se pode mais dizer que exista uma política econômica, pois este conceito pressupõe um conjunto de medidas coerentes, sustentadas no tempo, tendo em vista uma determinada estratégia. Não temos mais isso no Brasil. Estamos entrando em um doloroso e longo período de empobrecimento da nossa sociedade, com renda e produção em queda.

Isso coloca no centro da luta política, pelo menos, duas questões. A primeira: como esse empobrecimento será distribuído entre a sociedade, ou seja, quem pagará mais, quem pagará menos e quem ainda conseguirá ganhar? A segunda: no médio e longo prazos, quais serão os desdobramentos da crise atual, ou seja, quais as conseqüências estratégicas da nova situação?

## QUAIS OS PLANOS DO GOVERNO?

Acumulam-se indícios (...) de que estamos entrando em uma nova fase de um projeto muito ambicioso, de grande alcance estratégico. Se estou na pista certa, essa fase deverá desembocar em três medidas fundamentais: (a) transformar o Banco Central do Brasil naquilo que os economistas chamam de "conselho da moeda", que é uma tradução da expressão inglesa *currency board*, como já se fez na Argentina; (b) minar o Mercosul e pavimentar o caminho para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca); (c) completar com êxito a privatização das grandes estatais restantes, com destaque para a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o que

resta do setor elétrico, além de franquear ainda mais o nosso território para as operações do grande capital globalizado.

Essas medidas são tão violentas, em termos de perda de soberania e desnacionalização, que só podem ser adotadas se forem criadas condições políticas especiais, com grande fragilização da sociedade. É este, a meu ver, o sentido do processo que vivemos. Se ele for conduzido até o fim com êxito, o Brasil deixará de contar com as instituições e os instrumentos mínimos necessários para elaborar qualquer projeto próprio.

## O QUE SIGNIFICA O "CONSELHO DA MOEDA"?

Este era o modelo institucional adotado no antigo Império Britânico. As colônias não tinham autonomia para emitir suas próprias moedas, e por isso não contavam com um Banco Central. Tinham apenas um "conselho" que era autorizado a emitir uma quantidade de moeda pro-

qualificados da estratégia americana. Em 30 de janeiro, recebemos a visita de Paul Volcker, ex-presidente do Banco Central dos Estados Unidos, que veio nos dizer o seguinte: "A tendência é de países pequenos adotarem a moeda forte do bloco econômico a que pertencem." (...)

As duas coisas estão intimamente ligadas: a adoção do "conselho da moeda" permitiria retomar as privatizações, que terão que ser interrompidas enquanto durar a imprevisibilidade cambial. Além disso, criaria uma imensa área dolarizada, que englobaria as duas economias relevantes da América do Sul (Bra-

mão para encerrar cada vez mais o país, de modo a, adiante, apresentar o fim da moeda nacional, as novas privatizações e a Alca como bóia de salvação. O Real 2 aprofundará, de forma dramática, a lógica do Real 1.

## QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS?

Criado o "currency board", as variáveis-chaves de nosso desempenho econômico – a quantidade de moeda em circulação no Brasil, o volume de crédito disponível, o nível das taxas de juros, etc – passa a depender do tamanho de nossas reservas de dólares. É algo que não controlamos: só nos últimos meses, elas despencaram de quase US\$ 70 bilhões para menos de US\$ 30 bi, devido à fuga de capitais voláteis. Logo, o sistema financeiro passará a comandar, sem mediações, o ritmo de nossa economia, e os sucessivos "ajustes" passarão a ser eminentemente recessivos. A menos de uma ruptura traumática, nossa condição de país periférico se tornará praticamente irremovível.

(...) Como ninguém espera uma estabilização do câmbio a curto prazo através do "mercado", a livre flutuação terá que ser abandonada. Há duas possibilidades. Ou vamos para um regime que os economistas chamam de "flutuação suja", em que o Banco Central intervém no mercado sempre que considerar necessário, ou vamos para o câmbio fixo. A primeira hipótese implica a disposição permanente de queimar reservas, que já estão muito baixas. Portanto, a "flutuação suja" só poderá ser implementada se houver firme apoio externo. Ou seja, o governo brasileiro está condenado a evoluir para a política cambial que os Estados Unidos determinarem. Paul Volcker e Rudiger Dornbusch já disseram qual é.

Essa travessia é politicamente complicada e contém vulnerabilidades. Pressupõe um enorme enfraquecimento da nossa vontade de resistir. Humilhada, empobrecida e sem perspectivas, ou a nação capitula ou reage. Eles estão apostando na capitulação. No momento certo, depois da falência do regime cambial atual, tudo será defendido "tecnicamente".(...)

## VOCÊ SE REFERIU ANTES AO ENFRAQUECIMENTO DO MERCOSUL...

Vamos recapitular: o "conselho da moeda" elimina a moeda nacional, a Alca elimina o espaço econômico nacional e as novas privatizações eliminam o que resta das empresas estratégicas de base nacional. Garanto que tudo isso entrará em pauta brevemente, sempre com alegações "técnicas". Se eles vencerem, o Brasil será transformado em uma ficção, uma farsa. Nem seleção de futebol decente teremos, pois ela já foi vendida à Nike.



porcional à quantidade de libras que o Banco Central da Inglaterra tornasse disponíveis para elas. A criação de uma moeda própria, com uma autoridade pública detendo o monopólio de sua emissão e autonomia para emití-la, é parte fundamental do processo de criação das nações independentes. Estou, portanto, dizendo algo muito grave: o próximo passo do projeto hegemônico em curso é destruir a moeda nacional, oficializando a transformação do Banco Central em uma filial do Banco Central dos Estados Unidos.

## POR QUE VOCÊ IMAGINA ISSO?

Por três motivos principais. O primeiro: o modelo de câmbio livre e flutuante, recém-adotado, não poderá ser mantido por muito tempo, por motivos vou expor em seguida. Já queimamos o modelo de flutuação dentro de bandas. Restará a adoção do câmbio fixo, com um grau maior ou menor de dolarização, que é o passo decisivo para a criação do "conselho da moeda". O segundo: o acordo com o FMI, recém-assinado, já iniciou essa transição – que, portanto, está em curso –, ao atrelar a política monetária do Brasil à variação das reservas. O terceiro: essa proposta começou a ser defendida abertamente por porta-vozes

(sil e Argentina), formando a ante-sala natural da Alca em nosso continente. Por isso, creio que entramos em uma fase nova. Nos próximos meses, o sistema dominante tentará criar as condições econômicas, políticas e psicológicas para extinguir a moeda brasileira. Esse, para eles, passa a ser o ponto-chave.

## COMO SE PODERIAM CRIAR ESSAS CONDIÇÕES?

Se, além da recessão e do desemprego, a sociedade for exposta ao abismo de uma nova crise inflacionária, ela aceitará qualquer medida para evitá-la. Ora, a desvalorização do real coloca na ordem do dia pressões inflacionárias fortes, que estão sendo subestimadas pela imprensa. Se o dólar ficar oscilando num patamar acima de R\$ 1,80, as chances de crise inflacionária tornam-se grandes.

Nesse contexto, a substituição da moeda nacional pelo dólar – novamente, em nome da estabilidade de preços – poderá tornar-se politicamente viável. Não sei o grau de consciência que as autoridades brasileiras têm disso. Mas estou convencido de que agentes poderosos já começaram a gestar as condições para um Real 2, que a esta altura me parece inevitável. Na situação atual, esses agentes estão com a faca e o queijo na

CÉSAR BENJAMIN INTEGRA A COORDENAÇÃO DA CONSULTA POPULAR. ESTA É UMA VERSÃO CONDENSADA DE UMA ENTREVISTA PUBLICADA PELA RESENHA DA INTERNET.





RENÉ MAGRITTE, LES POMMES MASQUÉES, 1950

## CPI E O BIOMBO DE MALUF

**N**ão vai dar em nada! Algumas pessoas tem essa opinião sobre a CPI que apura a Máfia das Regionais na cidade de São Paulo. Casos como o do deputado Sérgio Naya, dos assassinatos dos sem-terra de Eldorado de Carajás e tantos outros, reforçam este sentimento de certeza da impunidade que acomete a sociedade e ajuda a minar o trabalho de construção da cidadania. Grande parte deste sentimento tem sua origem na parcialidade do Poder Judiciário, aliado ao onipresente espírito de corpo das elites em defender seus integrantes e interesses.

Não vai dar em nada... Já está dando! No caso específico da Máfia das Regionais não restam dúvidas que já *sobrou* para o malufismo. Viscome, Garib, Faria Lima, José Izar, Zé Índio, Nello Rodolfo, Armando Mellão, Dito Salim, Maria Helena, Alfredo M. Savelli, vereadores, deputados, secretários, administradores, assessores e fiscais citados – presos ou indiciados – fazem parte do mundo malufista.

O escândalo das Administrações Regionais retira Maluf da invisibilidade que buscou nos últimos meses, após perder as eleições para governador. Essa invisibilidade foi frustrada por causa de um espécime singular na política brasileira: Celso Pitta, o produto/criatura do *slogan* suicida “não votem mais em mim se ele não for um bom prefeito”. Nascido do nada político, Pitta é hoje apenas um biombo semi-devassável. Da responsabilidade histórica de ser o primeiro prefeito negro de São Paulo até a conquista do título de pior prefeito que passou pela cidade nos últimos treze anos, ele conseguiu o impossível: ser o depositário de todas as indignações dos paulistanos. Mas, é impossível olhá-lo sem enxergar Maluf.

A CPI vai dar em alguma coisa sim! Ela inicia seus trabalhos fortalecida pelas investigações desenvolvidas pelo Ministério Público. As evidências já colocam o vereador Viscome e o agora deputado Garib na mira da cassação. O homem forte de Pitta, o ex-secretário das Regionais e posteriormente das Vias e Obras Públicas, Alfredo Savelli, já está indiciado por prevaricação e formação de quadrilha.

Os desdobramentos das apurações têm rumo certo: *impeachment* do prefeito e a responsabilização criminal dos envol-

vidos. É o maior escândalo político-administrativo da história da cidade de São Paulo. Um esquema que movimentou milhões para aprovar alvarás de funcionamento, suspensão de multas de construções consideradas irregulares, instalação de bancas de revistas, feirantes, placas e faixas promocionais e barracas de ambulantes. Estas propinas eram cobradas exatamente de pessoas da classe média para baixo da pirâmide social. Mas, como isto acontecia todo dia, em todos os bairros da cidade, é óbvio concluir que o valor das propinas arrecadadas chegam a cifras inimagináveis.

### DECORAÇÃO, LIXO E PROPINA

A cada dia novas denúncias brotam dos depoimentos, ou das investigações do Ministério Público, da polícia civil e da imprensa. Uma delas revela que Nicéa Pitta, a esposa do prefeito, solicitou aos administradores regionais, no final de 1998, que buscassem recursos financeiros junto aos comerciantes e empresários de suas regiões para viabilizar um projeto de Natal de sua autoria. A primeira-dama indicou o nome dos fornecedores, onde deveriam ser comprados os materiais para a instalação da decoração de Natal em várias praças na cidade.

Outra ponta do escândalo está no sistema de coleta e varrição do lixo. Em depoimento à polícia, o presidente da Enterpa, Roberto Rocha, confessou que pagava propina a funcionários da regional da Penha. Um funcionário da Vega-Sopave, Carlos Aparecido Ferreira Porto, também confirmou o pagamento de propina a funcionários da regional da Sé. Estas propinas encobririam o descumprimento dos contratos. As empresas varreriam menos vezes as ruas, reduzindo a coleta de lixo nas áreas sob sua responsabilidade contratual. A propina era a garantia da ausência de fiscalização.

Os 27 administradores regionais de São Paulo foram indicados pelos vereadores da base de apoio governista. Existem denúncias formalizadas praticamente contra todos eles. Diante da pressão da opinião pública os vereadores que votaram contra a instalação da CPI mudaram de opinião. Os mais destacados membros da tropa de choque da situa-

O ESCÂNDALO DAS PROPINAS RETIRA MALUF DA INVISIBILIDADE QUE BUSCOU NOS ÚLTIMOS MESES. É IMPOSSÍVEL OLHAR CELSO PITTA SEM ENXERGAR PAULO MALUF.

### ÍTALO CARDOSO

ção, os vereadores Brasil Vita e Vadih Mutran (ambos do PPB), passaram a integrá-la, ao lado do vereador Milton Leite (PMDB), indicado relator. Os três controlam regionais. A CPI é presidida pelo vereador José Eduardo Cardoso (PT) e integrada também pelo vereador Dalton Silvano (PSDB).

Não há dúvidas que a bancada situacionista fará tentativas diárias para melhorar o processo investigativo. Mas há componentes fundamentais para que a CPI cumpra o seu papel, sobretudo a mobilização de setores organizados da sociedade, além do trabalho de jornalistas.

No campo malufista os gatos se engalfinham e os ratos buscam outros ninhos. Até Maluf causa espanto entre os seus, traindo a si próprio, ao declarar a imprensa que “todos os fiscais são corruptos”. Seu partido, porém, caminha rumo às cinzas. Na tentativa de conter o desgaste, o PPB expulsou o vereador Viscome e suspendeu o agora deputado Garib. Mas, não consegue conter a debandada de outros vereadores acusados de corrupção, que se desligam do partido numa tentativa desesperada de limpar a imagem. Na verdade, todos prometem encontrar-se lá na frente, num grande partido de direita, uma “fusão histórica” com o irmão gêmeo PFL.

### A CREDIBILIDADE DO PT

Os desdobramentos da CPI da Máfia das Regionais terá reflexos em todo o país, podendo ser um exemplo a ser seguido em outras cidades. No caso da capital paulista seu resultado terá efeito imediato na questão eleitoral. O PT é considerado o partido com maior credibilidade junto à opinião pública. Pesquisas apontam que a candidatura da ex-deputada Marta Suplicy, ainda em discussão no partido, é a mais forte no momento.

O mais importante agora é, porém, a construção de um projeto para a cidade, baseado na transparência administrativa e na participação popular. A implantação das subprefeituras e de mecanismos que assegurem o respeito à cidadania e eficazes no combate à corrupção, como o orçamento participativo, têm lugar garantido neste processo.

Exercemos o poder aqui, mudamos conceitos e aprendemos com os erros. O retorno de uma administração democrático-popular à cidade de São Paulo é uma possibilidade muito real. Estabelecer este projeto para a cidade, discuti-lo à exaustão com a sociedade é o nosso desafio.

ÍTALO CARDOSO É VEREADOR DO PT E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CMSP.

### CONGRESSO DA CMP

A Central de Movimentos Populares (CMP) estará realizando o seu II Congresso nos dias 13 a 16 de maio próximos em Belo Horizonte. A pauta do Congresso será: análise de conjuntura; balanço da atuação da CMP nos últimos quatro anos; projeto alternativo para o Brasil; estrutura organizativa; eixo geral e lutas prioritárias; parcerias como o Fórum Nacional de Lutas e Federação das Organizações Comunitárias (FCOC); eleição da nova coordenação. Participam do Congresso os delegados e delegadas eleitos nas plenárias setoriais, regionais e de movimentos. São esperadas cerca de 500 delegados e delegadas de doze estados de todo o país. A discussão será alimentada por teses. Serão aceitas as teses entregues até 30 de abril assinadas por cem ou mais pessoas, de no mínimo seis estados. Os principais desafios deste Congresso serão a definição de um eixo geral que represente a diversidade dos movimentos filiados à CMP, bandeiras de luta que respondam à conjuntura e uma estrutura de organização e direção democrática e operativa.

Maiores informações podem ser obtidas na CMP: rua Fiação da Saúde, 335, São Paulo, CEP: 04144-030, tele-fax: (011) 5583.8051.

### TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA

Uma grande aliança começa a se formar para questionar os aspectos políticos, financeiros e éticos do pagamento dos débitos assumidos pelo governo brasileiro. A realização do Tribunal da Dívida Externa, nos dias 26, 27 e 28 de abril, no Rio de Janeiro, será um marco importante nesta direção.

Por alguns anos, a identificação da dívida externa como fator da miséria de milhões de brasileiros deixou de ser feita. O ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, chegou mesmo a assegurar que “o problema da dívida está resolvido”. No entanto, após a quebra do real em 12 de janeiro último e do pesadíssimo ajuste fiscal imposto pelo governo FMI/FHC aos brasileiros, percebe-se que esta questão está longe de ser equacionada. Enquanto máquinas param, empregos desaparecem e a miséria e a exclusão aumentam sob a alegada “falta de verbas”, o pagamento dos juros e amortizações aos credores são honrados pontualmente. No plano internacional, a revisão radical desta conta tem ganhado fortes adeptos. No campo artístico David Bowie, Peter Gabriel, Bono Vox, entre outros. O próprio Papa João Paulo II já reafirmou a campanha Jubileu 2000, que prega o cancelamento dos débitos externos de todos os países do Terceiro Mundo. No Brasil, o Tribunal da Dívida Externa somará esforços nesta campanha. Convocado pelo CESE, CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), CNBB, Cáritas, MST e outras entidades, o evento contará com um corpo de jurados, advogados de defesa e acusação e testemunhas, que darão seu depoimento e veredito sobre a questão. Estão convidados a participar Raimundo Faoro, Evandro Lins e Silva, D. Paulo Evaristo Arns, Eduardo Galeano, James Petras, Celso Furtado, Maria Conceição Tavares, Adolfo Perez Esquivel, João Pedro Stedile, Luís Eduardo Greenhalg, Cristóvam Buarque, Chico César e Mano Brown, dentre outros. O Tribunal será instalado durante três dias no Teatro João Caetano e contará ainda com uma programação cultural, mostrando que hoje o problema da dívida afeta todas as esferas da vida nacional.

Informações com o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro: Fone (021) 533.7891 e 262.2535.

Miriam Nobre é integrante da SOF, Sempre Viva Organização Feminista.



## CUT EM LUTA

A decisão assumida coletivamente na CUT Nacional de priorizar a mobilização contra o governo FHC já está dando seus frutos. Foi constituído um Fórum Nacional de Lutas que incorpora também outros movimentos sociais (MST, CMP etc.) e todos os partidos de oposição. E para os dias 26 de março e 30 de abril estão sendo preparados grandes atos em todo o território nacional. Da amplitude e do sucesso do dia 26 dependerá a possibilidade de se avançar na preparação de uma greve geral. Em suma, sinais de oposição ao governo FHC que deixam de ser apenas resoluções escritas para se transformar em atos.

## CUT PATINANDO

Mas ao mesmo tempo que prepara grandes mobilizações, a CUT dá também sinais contraditórios. Por exemplo, seu principal sindicato, o dos Metalúrgicos do ABC, puxa um "Acordo Emergencial", francamente rebaixado, com o governo FHC, para reduzir impostos sobre os carros, pressionando inclusive aos governadores de oposição para aderir a ele. No mesmo período, membros da Executiva Nacional da CUT (da Articulação Sindical) entregaram ao governo FHC, na pessoa do Ministro do Trabalho, um documento que fala na necessidade de construir "um ambiente político mais dedicado a encontrarmos soluções para a crise do Real". Mas, malgrado essa confusa atuação de lideranças cutistas, a militância está demonstrando vontade de ir a luta nos Estados. Expressão disso é que enquanto a Executiva Nacional da CUT rejeitava a palavra de ordem "Fora FHC", ela está sendo adotada pela militância dos principais Estados e deve predominar em ambos dias nacionais de luta.

## BUSCANDO EXPLICAÇÕES

Para se entender o que aconteceu no encontro entre membros da Executiva Nacional da CUT e o Ministro do Trabalho há que se considerar que estava em discussão, naquele momento, no Codefat, a liberação de verbas do FAT para requalificação profissional e outras atividades. O governo estava claramente favorecendo as outras centrais na distribuição dos recursos (em particular a Força Sindical). Nesse contexto os cutistas foram fazer "lobby" junto ao ministro. O preocupante nisso é que evidencia o alto grau de dependência financeira da CUT em relação a esses recursos do FAT, a ponto de seus dirigentes rebaixarem seu discurso político buscando não melindrar o governo e obter concessões nessa matéria.

## ELEIÇÕES NO SINTUF RJ

Na eleição que será realizada em abril para eleger a direção do sindicato dos funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SintufRJ), o MTS (corrente dirigida pelo PSTU) aliou-se à Articulação Sindical e à "Tribo" (agrupamento que dirige a federação nacional do setor e está à direita no espectro cutista). O inimigo principal para essa chapa "ecclética" (para dizer o mínimo) é a Chapa 2 da Alternativa Sindical Socialista (ASS). Concorre também uma outra chapa, que articula a direita da universidade. As eleições são proporcionais. Recapitulando: o que o MTS pratica no SintufRJ é o que antigamente chamava-se "alianças sem princípios".

## SINDICAL

O QUE ESTÁ  
ACONTECENDO NO ABC?  
COMO ENTENDER O  
"ACORDO EMERGENCIAL"  
AGORA ASSINADO?  
EIS A EXPLICAÇÃO DE  
UM DIRIGENTE  
DA ALTERNATIVA  
SINDICAL SOCIALISTA.

DURVAL DE CARVALHO

Vivemos uma das mais profundas crises econômicas e o maior desemprego de todos os tempos. Neste cenário tenebroso surgem como vitórias alguns acordos como o recentemente celebrado pelo Sindicato do Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo com algumas montadoras de automóveis, a União e os Estados de São Paulo e Paraná. Alguns destes acordos reduzem os salários, em contrapartida a uma redução ou flexibilização da jornada de trabalho e uma suposta garantia dos níveis de emprego. Já o acordo citado acima, envolvendo sindicatos, montadoras e governos, prevê a redução de impostos incidentes sobre os veículos (IPI), a manutenção dos preços por sessenta dias e garantia de emprego por noventa dias.

Estes dois tipos de acordos são, na verdade, tentativas de repetição da história, o que sabemos ser impossível, exceto como farsa.

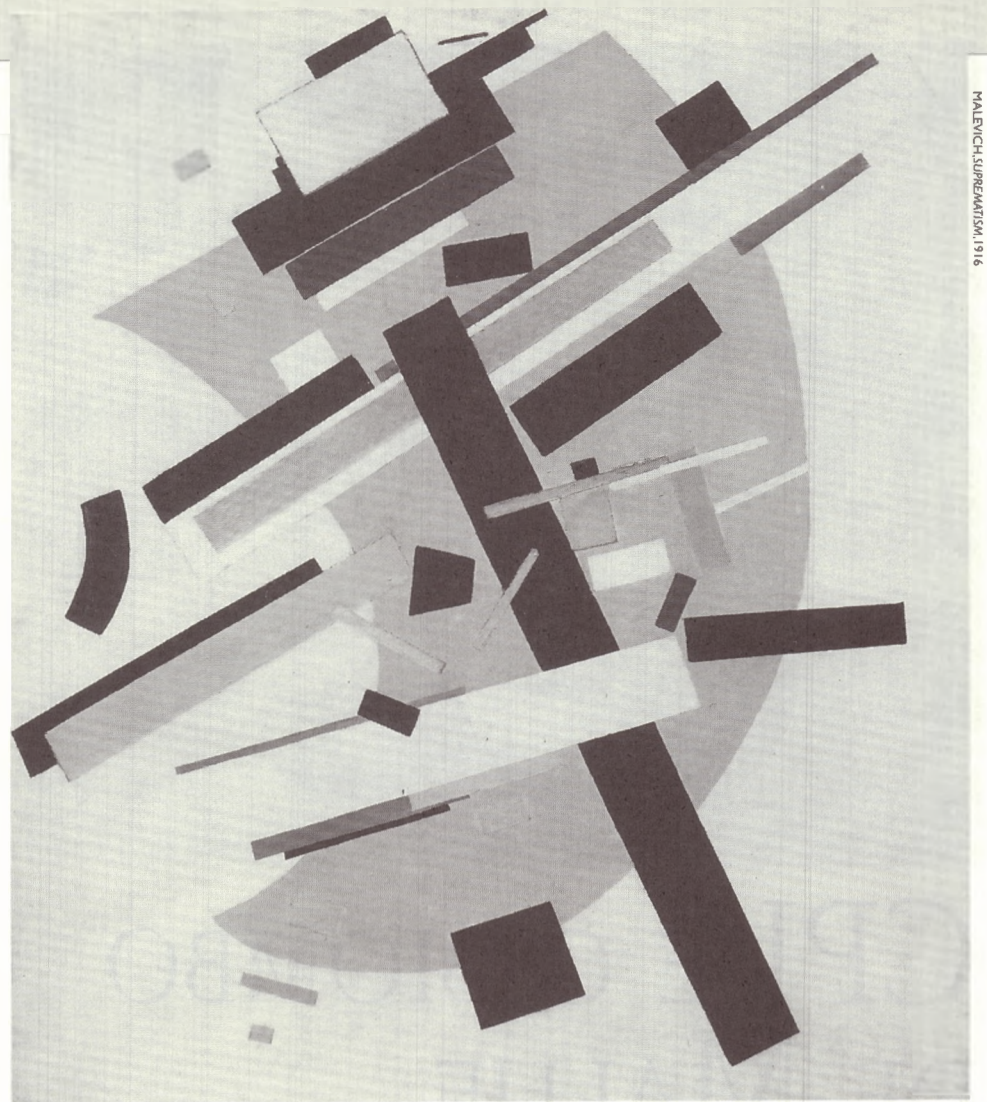
Em 1992, os sindicalistas do ABC agarraram-se com unhas e dentes à proposta de acordos tripartites através de negociações nas câmaras setoriais do setor automobilístico. O resultado dessas câmaras setoriais foi uma significativa redução dos impostos incidentes sobre a fabricação dos carros, porém o ritmo de demissões permaneceu crescente.

Em 1995, os sindicalistas do ABC novamente saíram na frente para assinar acordos de implantação de bancos de horas com a Ford e a Volkswagen. Os bancos foram implantados, gerando prejuízos aos trabalhadores. O pagamento de horas extras foi extinto e houve aumento de acidentes e doenças do trabalho, decorrentes da aceleração sazonal do ritmo de produção. Além disso, as promessas de manutenção dos níveis de emprego ficaram somente no papel. As demissões continuaram ocorrendo.

Recentemente, no final de 1998, foi celebrado um novo acordo entre o sindicato do ABC e a Volks, porém desta vez atingiu os salários, que foram reduzidos em 15%. A única contrapartida deste arrocho salarial é um "esforço" da empresa para demitir o mínimo possível.

Por fim (fim da picada), surge agora a proposta do "Banco de Horas II" na Mercedes-Benz do ABC. Este banco objetiva liquidar o saldo de horas a favor da empresa, através de descontos no valor da PLR, do adicional de férias, 13º salário, da insalubridade e periculosidade. Isto demonstra o quão longe pode chegar a "criatividade" de uma certa "esquerda propositiva". Como nos evangelhos, "nem todo aquele que diz Senhor, Senhor, entrará no reino do céu" (Mt 7.21).

Pretender resolver (ou minimizar) um problema estrutural através de benefícios ou incentivos a um setor específico (e nem mesmo prioritário) da economia indica uma reversão total de valores dos sindicalistas metalúrgicos do ABC e da capital paulista. Revela o abandono da solidariedade de classe e a assimilação da lógica pós-moderna do individualismo exacerbado, do "salve-se quem puder".



MALENCHE/SUPERANTISM, 1916

# VITÓRIAS VIRTUAIS

Paradoxalmente, os autores desses acordos trombeteiam seus feitos como vitórias a favor da classe trabalhadora, produzindo o efeito "troféu abacaxi", do velho Chacrinha. Isto porque tais "vitórias" existem somente na cabeça desses sindicalistas, embriagados pelo torpor da mídia.

## ADESÃO AO "SALVE-SE QUEM PUDE"

A fragilidade das garantias aos trabalhadores nesses acordos e a sua incapacidade de sequer arranhar aspectos centrais das atuais relações entre capital e trabalho revelam um elevado grau de comprometimento das partes signatárias com o atual modelo econômico.

Não há qualquer possibilidade de reaquecimento do setor de montagem de automóveis ou de qualquer outro dissociada da retomada do poder de compra da população. E o poder de compra da imensa maioria do povo brasileiro está diretamente subordinado à existência de empregos.

Neste sentido, nos aparece que atacar o problema do desemprego tanto no ABC, como em todo o país, reside: na retomada do crescimento econômico; no fim da sangria que representa o pagamento da dívida externa; na rejeição total à ingerência do Fundo Monetário Internacional na política econômica brasileira; num investimento maciço em reforma agrária e em outras reformas que favoreçam a distribuição da riqueza nacional. Nunca é demais lembrarmos que o Brasil ostenta o título de pior distribuição de renda do planeta. E que diminuir salários, flexibilizar jornada e reduzir impostos dos ricos só aumenta a já escandalosa concentração de renda do país.

Se olharmos as transformações por que passa o capitalismo mundial sob um ponto de vista humanista e de classe trabalhadora, negociações como a da Previdência Social e esses acordos recentes nos lembram a "fábula do sapo e do escorpião". Lamentamos que muitos dos nossos antigos militantes tenham se metamorfoseado para a condição de batráquios.

## CUT COMO COADJUVANTE

Salta aos olhos o fato de um sindicato filiado à CUT e outro à Força Sindical assinarem acordos, em cínicas núpcias, junto com algumas multinacionais, dois governos estaduais e a União. Como numa mágica colocam no mesmo palco uma central sindical de direita, a Força Sindical, empresários e governos claramente neoliberais, junto com a CUT, representando um papel de coadjuvante. Com a tal da "parceria" desenvolvem um teatro bizarro, que semeia confusão e ilusões entre os trabalhadores, dando adeus à independência de classe. É muito triste verificar a mutação ideológica de militantes políticos herdeiros da tradição recente das lutas que culminaram com o fim da ditadura militar e os nascimentos do PT e da CUT.

Não é tarefa do movimento sindical auxiliar a administração de uma crise que só se resolverá com o fim do modelo econômico neoliberal. Nossa tarefa é, antes de tudo, apresentar à sociedade um projeto de gestão econômica e social democrática, orientado para a geração e distribuição de riqueza às populações da cidade e do campo e para atender a absoluta maioria da população, e não aos já inflados capitais nacionais e internacionais. Lutamos para que os bilhões de dólares que a União vem pagando mensalmente a especuladores internacionais sejam aplicados em projetos de reforma agrária, educação, saúde, previdência e infraestrutura, gerando empregos diretos e indiretos.

Se olharmos as transformações por que passa o capitalismo mundial sob um ponto de vista humanista e de classe trabalhadora, negociações como a da Previdência Social e esses acordos recentes nos lembram a "fábula do sapo e do escorpião". Lamentamos que muitos dos nossos antigos militantes tenham se metamorfoseado para a condição de batráquios.

DURVAL DE CARVALHO É DIRETOR DO SINDICATO METALÚRGICOS DE CAMPINAS E REGIÃO, FOI DIRETOR EXECUTIVO, SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL E VICE-PRESIDENTE DA CUT NACIONAL ENTRE 1988 À 1994.



# ENTRE IMOBILISMO E LUTAS

O 46º Congresso da UNE será realizado entre os dias 30 de junho e 04 de julho próximos. Vários elementos afetam sua preparação e seus desdobramentos: a perda de legitimidade do governo federal com a crise do Plano Real, o questionamento não só da sua política econômica como também de sua continuidade, o avanço na implantação da reforma universitária e a crise de representatividade da UNE.

Aprendendo com a experiência frustrada de outros governos, o ministro Paulo Renato optou por executar uma reforma processual e dissimulada. Desde 1994 o MEC e o Congresso vem aprovando uma série de leis, portarias e decretos, que tem mudado de forma dramática as feições da educação e, particularmente, do ensino superior brasileiro.

Em 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), formulada pelo então senador Darcy Ribeiro, que redesenha todo o sistema educacional do país. Abre as linhas gerais da reforma educacional do governo FHC.

A lei 9151, que instituiu o Conselho Nacional de Educação e o Exame Nacional de Proficiência Profissional (o Provão), constitui o fórum que implementa a política e estabelece um critério (questionável em todos os sentidos) para avaliar o desempenho das instituições de ensino superior.

A lei 9192, que regulamenta as eleições para os dirigentes das universidades públicas, representou o ataque mais duro às conquistas democráticas obtidas no fim da década de 80. Ela condiciona a existência das consultas à comunidade universitária na escolha dos seus dirigentes, ao mínimo de 70% do peso dos votos para os docentes. Uma lista triplíce é formada no Conselho Universitário e enviada ao MEC. Este, determina, a revelia da comunidade universitária, quem será o reitor.

## A UNE CONTRA AS MOBILIZAÇÕES

A UNE vem, há vários anos, aplicando uma política que se nega a articular uma ofensiva nacional dos estudantes contra a reforma educacional do governo. As respostas, ainda que limitadas, vem sendo dadas por DCEs e CAs das universidades federais. Em uma conjuntura onde o movimento estudantil encontra-se em refluxo, a UJS baseia – organização estudantil do PCdoB, majoritária na direção da UNE – seu trabalho em faculdades periféricas e mantém-se graças ao poder econômico que articula com o comércio das “carteirinhas”.

A luta contra a LDB foi conduzida pela UNE de forma exclusivamente institucional, sem mobilizações. Os debates promovidos pelos seus dirigentes eram feitos em gabinetes parlamentares e não nas universidades. A greve de 1996 que eclodiu nas universidades federais, unificando a atuação de docentes, técnico-administrativos e estudantes ainda que de forma parcial foi a primeira experiência de mobilização contra a política educacional do governo FHC, que acentuou os conflitos da direção da entidade com os que estavam na linha de frente da defesa da universidade pública.

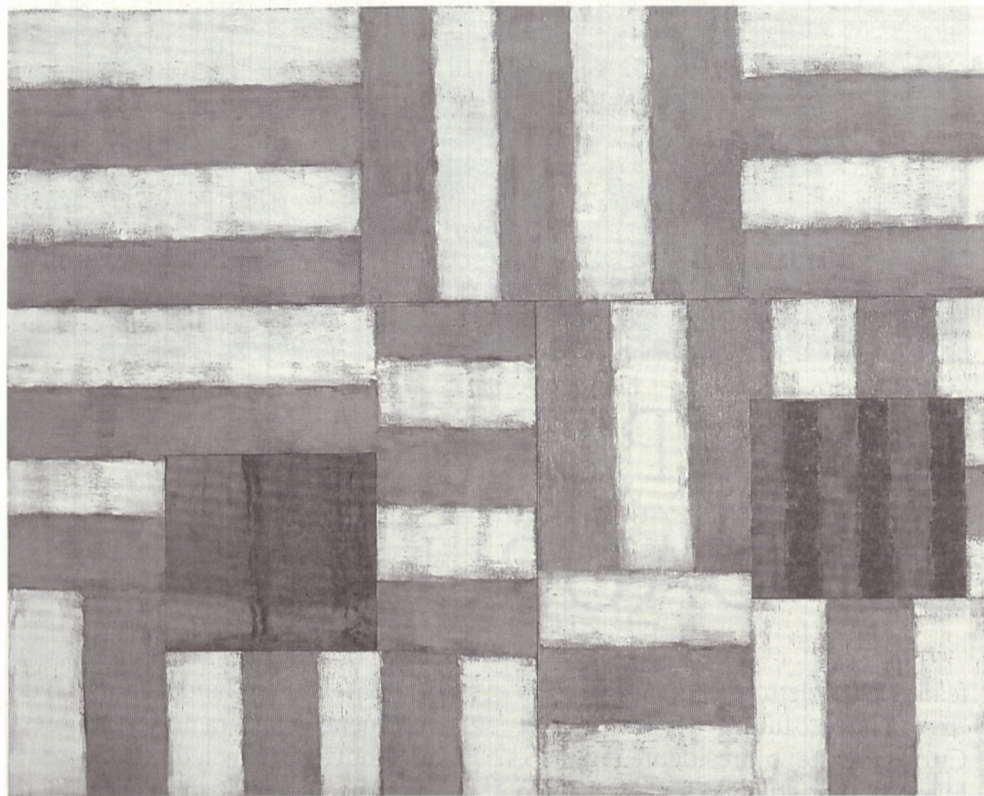
Em uma conjuntura onde o centro

das lutas do movimento estudantil eram as universidades federais, a UNE lançou, ainda em 1996, a “Campanha da Paz”, onde trabalhava o desarmamento da juventude como meio de pôr um fim à violência. Na verdade, esta iniciativa representou, unicamente, a idéia de que a projeção alcançada pela campanha poderia recolocar a entidade no centro dos acontecimentos.

Em 1997, no 45º Congresso da UNE, em Belo Horizonte, a esquerda do PT apresentou a tese *Não vou me Adaptar*. Seu balanço da entidade era duro: bu-

O PRÓXIMO CONGRESSO DA UNE NECESSITA DEMOCRATIZAR PROFUNDAMENTE A ESTRUTURA DA ENTIDADE, RETIRANDO-A DO BUROCRATISMO.

ADOLFO WAGNER



rocratizada, distante do cotidiano dos estudantes, imobilista, dirigida por uma corrente que se pauta unicamente em se perpetuar como maioria em sua direção. Exigia o retorno imediato da entidade à luta contra a política educacional do governo FHC e a sua democratização. Durante a plenária final do Congresso, a UJS apresentou uma proposta que não tinha sido discutida em qualquer espaço: a realização de Congressos Estaduais antecedendo o Congresso da UNE, aonde seriam eleitos os delegados para este, na proporção de 1 para cada 5 presentes. A sua aprovação significaria um fechamento brutal da entidade para o debate. A esquerda do PT retirou-se do CONUNE. Esta atitude repercutiu profundamente na gestão e contribuiu para aprofundar a crise do setor majoritário da direção da entidade, do qual o maior reflexo, foi a posterior derrubada dos “funis” no Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB).

## RETOMAR O CAMINHO DAS LUTAS

O ano de 1998 foi marcado pela greve das universidades federais iniciada pela ANDES-SN, em torno da reivindicação por reajuste salarial. O movimento estudantil respondeu de forma desigual – enquanto que em algumas universidades era deflagrada greve, em outras era tirado apoio aos professores. Os funcionários, através da FASUBRA, convocaram, então, sua greve. Surgiu o momento de unificar o movimento para dar uma resposta conjunta à reforma universitária do governo.

O movimento ganhou corpo e cres-

ceu, exigindo uma coordenação das iniciativas que se construíam nos estados. Foi assim que nasceu o Comando Nacional de Greve e Mobilização das Universidades Federais (CNGM). O bloco de oposição nasceu da experiência da greve, articulando a forças e DCEs que estiveram na sua linha de frente. Lançado na Plenária de Públicas no reinício das aulas, começou a se articular nacionalmente.

O próximo período tende a ser marcado por um novo ascenso dos movimentos contra o governo FHC. Enquanto isso, a UJS lança-se em campanha para tornar Itamar o candidato da oposição à presidência de 2002. Com vistas ao próximo Congresso da UNE, busca construir um ambiente para diluir as polêmicas existentes, em torno de uma suposta unidade para combater o governo FHC. Mas a reforma universitária do governo federal não será derrotada se esta luta permanecer dentro das universidades. É preciso colar nossas reivindicações com a dinâmica mais geral da luta de classes no país.

Devemos disputar a direção do movimento estudantil e para isso o bloco de oposição a direção da UNE deve se fazer a altura da tarefa. Isto coloca para a esquerda do PT o desafio de formular e agir coletivamente. No caso da UNE, não basta compor uma nova diretoria. É necessário mexer profundamente em sua estrutura, democratizando-a. Do contrário, a UJS poderá encontrar condições para se recompor sob bases ainda mais burocratizadas, inviabilizando a entidade.

ADOLFO WAGNER É ESTUDANTE DA UFRJ.

## PEDALANDO MAIS VELOZ QUE A LUZ

Todo mundo já deve ter ouvido falar que um corpo com massa diferente de zero só pode viajar com velocidade menor que a da luz. E todo mundo, que já ouviu isto, sabe que a velocidade da luz é muito grande, cerca de 10.800.000.000 km/h. Porém, o que não é dito com tanta frequência, é que este valor corresponde à velocidade da luz no vácuo, na ausência de matéria. A velocidade da luz dentro da matéria é menor do que no vácuo. Na verdade, para cada tipo de material a luz tem uma velocidade diferente. Isto é que faz com que a luz se “entorte” quando atravessa da água para o ar, e a gente vê um lápis mergulhado num copo d’água como se estivesse quebrado. Nos materiais normais a velocidade da luz pode ser reduzida até pela metade (o que ainda é muito alto). Muito acima disto, a luz não consegue atravessar o material.

A revista *Nature* de 25 de fevereiro passado traz um artigo assinado por Lene V. Hau, do Instituto para Ciência Rowland (Cambridge - EUA), onde conseguiram um recorde fantástico. Conseguiram colocar átomos de sódio gasoso (este usado em lâmpadas amarelas de rua) num estado da matéria extremamente exótico, chamado de condensado de Bose-Einstein. Este estado foi obtido colocando os átomos de sódio a uma temperatura de 0,000000435 K (graus kelvin) e focando-os com feixes de laser. Neste estado, os átomos comportam-se como um único átomo e o gás, extremamente denso e frio, baixa a velocidade da luz, mas não a absorve. A velocidade da luz neste meio foi medida em 17 m/s (cerca de 60 km/h, menos que os ciclistas profissionais conseguem..

## A FONTE DA JUVENTUDE

Por que a gente envelhece? Esta com certeza deve ser uma das perguntas mais antigas e mais frequentes, que qualquer ser humano tem feito desde que começou a pensar. Apesar de sua antiguidade e de enormes esforços, ainda não temos sequer uma teoria que responda satisfatoriamente a esta pergunta. Todos sabemos como envelhecemos, mas não sabemos o porquê. No mesmo caminho (ou na falta de um) todas as tentativas de burlar a marcha dos relógios tem se mostrado infrutíferas. É verdade que as melhorias nas políticas sociais e sanitárias elevaram nossa expectativa média de vida, que era de 20 anos há 2000 anos, passou para cerca de 40 anos na Idade Média, chegando hoje a 80 anos em países mais industrializados. Contudo, parece que estamos nos aproximando de um limite, e é exatamente a possibilidade de ultrapassar este limite (que muita gente supõe, estaria programado em nosso código genético) que movimenta diversas organizações.

Nosso corpo é constituído por células, que são sempre renovadas. Muitas destas células morrem e são substituídas por outras, “filhas” de células do mesmo tipo que se dividiram (uma célula se divide em duas cópias perfeitas de si mesma). “O livro de receitas” para a constituição de nosso corpo está guardada no interior das células, em vários volumes que são os cromossomos. Assim, quando uma célula se divide ela copia este código genético para suas “filhas”. Contudo, quando esta cópia é feita, uma parte dos cromossomos (chamada de telômero) se encurta. Isto funciona como um “relógio”, que informa quantas divisões foram feitas. Quando o telômero fica curto demais, a célula morre. Existe uma enzima, a telomerase, que pode recompor os telômeros. Nestes caso, a célula poderia se dividir indefinidamente. Esta enzima é fabricada por um gene que existe em nosso código genético. Infelizmente, este gene está em geral “desativado”.

Uma equipe do Instituto de Câncer Dana-Farber (Boston-EUA), chefiada por Ronald DePinho, realizou experimentos em ratos, eliminando o gene do código genético. Assim, os telômeros foram se encurtando, mesmo a cada reprodução. Na quinta geração começaram a ser percebidos sinais de envelhecimento precoce em vários animais. Revista *Cell*, (1999), v.96, p.701.

Américo Bernardes



## PRIVATIZAÇÃO

O RAIO CAIU, A LUZ APAGOU, O TELEFONE EMUDECEU E O CAOS SE INSTALOU. SÃO OS SERVIÇOS PÚBLICOS PRIVATIZADOS.

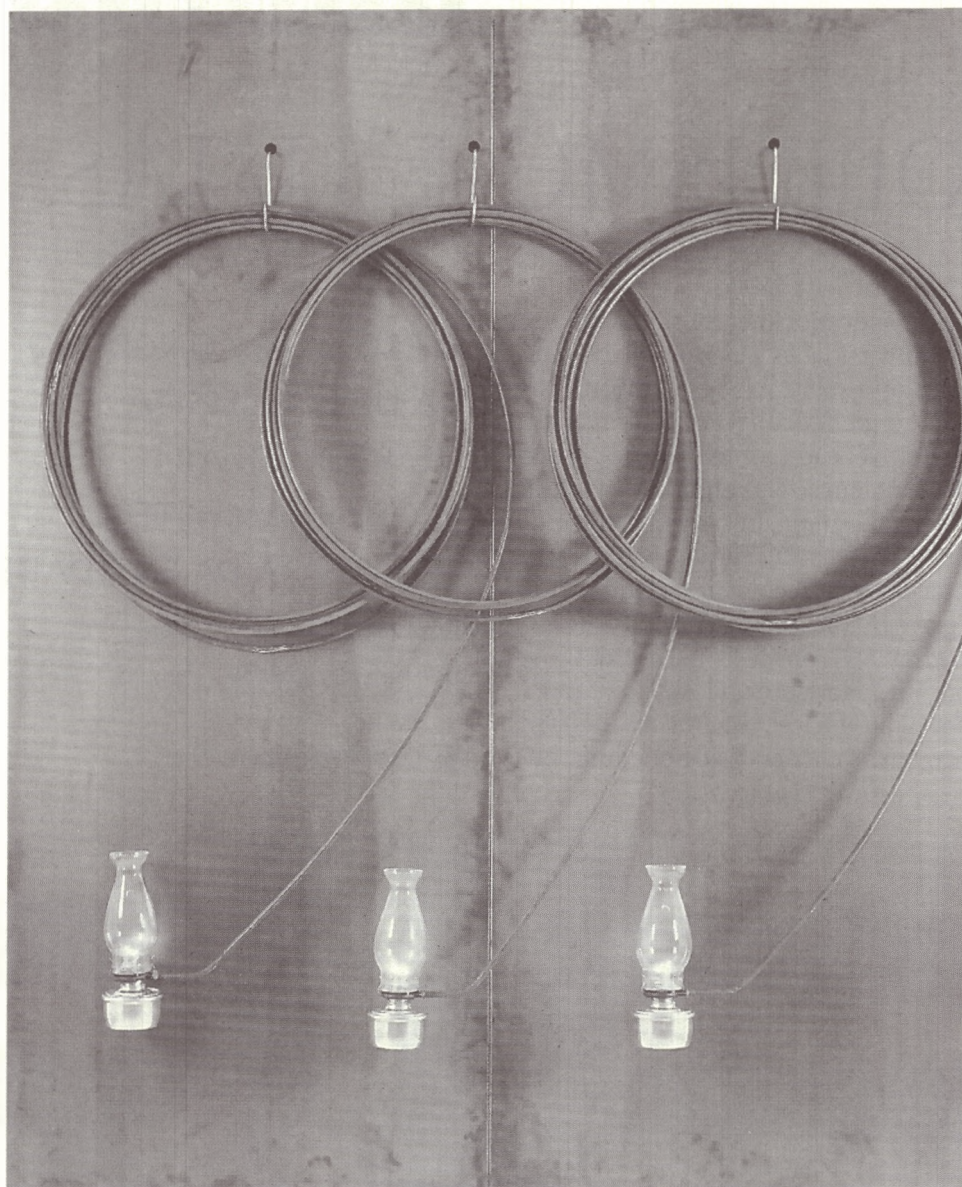
LUIZ HESPANHA

**F**oi um raio. O maior blecaute ocorrido no país, que deixou 76 milhões de brasileiros totalmente às escuras em dez estados – atingindo até o Paraguai – foi obra de um raio apenas. Poderosíssima esta manifestação da mãe-natureza, que conseguiu deixar todos os estados do centro-sul sem luz por quatro horas. Menos poderosas foram as explicações do governo federal, que precisou de pelo menos seis horas para descobrir que ao atingir a Cesp de Bauru, o raio provocou a queda de todo o sistema energético da região, atingindo diretamente onze centrais distribuidoras de energia elétrica, provocando todo tipo de transtorno em 47% do país. Hospitais, residências, restaurantes, indústrias, trânsito, delegacias, quase tudo ficou à luz de velas, num nada romântico princípio de caos.

É curioso é que até agora a população de Bauru, onde está localizada a subestação da Cesp, não consiga se lembrar da força e da capacidade destrutiva desse raio, que é único e, porque não dizer, invisível. Invisível sim, porque em declarações à imprensa vários moradores não se lembram da superluminosidade, ou de um barulho mais estrondoso sob os céus da cidade na noite de 11 de março. Tempestades como a que atingiu a região podem ser previstas com até três horas de antecedência, tempo considerado suficiente para minimizar seus efeitos, através do isolamento das redes de transmissão destas áreas. Mas, por que isto não foi feito? Que tipo de pára-raios tinha a subestação? Quem falhou?

### PRIVATIZAR PARA PIORAR

O blecaute ocorreu dez dias depois que a entidade privada Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS), uma empresa até então desconhecida, assumiu a gestão da distribuição de energia elétrica em todo o país. A ONS é uma espécie de cooperativa que reúne geradores, transmissores e distribuidores de energia elétrica. Os gastos da instalação da ONS, que ainda engatinha, são cus-



JANNIS KOHNELIS, LANTITLED 1996

## O SUPER-RAIO DE BAURU

teados pela Eletrobrás que espera um “ressarcimento futuro” dessas despesas. Curiosamente, o presidente da ONS, Mário Fernando de Melo Santos, não teve dúvidas em atribuir somente à CESP a responsabilidade direta pelo apagão. Santos nada disse acerca da redução dos investimentos nas áreas de geração e transmissão. Ele aproveitou para fazer previsões para o verão do ano 2000, “quando poderemos ter um grande blecaute no abastecimento de energia, por causa da carência da capacidade gerada, que será quase o dobro do chamado limite suportável”.

Este raio veio na verdade mostrar a escuridão em que a privatização está jogando o sistema energético (e não só) do país. A imediata melhoria da qualidade do serviço era – e continua sendo – o principal argumento usado pelos defensores das privatizações das empresas estatais. A capacidade gerencial da iniciativa privada, a contenção dos custos com a eliminação de milhares de empregos considerados desnecessários e sem influência direta para o bom funcionamento, garantiria a qualidade e até a redução

das tarifas. Lucro virando sinônimo de investimento e fatura no serviço prestado. Houve quem acreditasse.

Privatizou; o raio caiu, a luz apagou, o telefone emudeceu e o caos se instalou: a qualidade da prestação dos serviços privatizados só tem piorado. Super e invisíveis raios à parte, a queda sistemática da voltagem e os cortes constantes de energia têm sido comuns nos bairros de São Paulo e cidades da região metropolitana. Isto tem provocado prejuízos a pequenas indústrias e ao comércio, principalmente o setor que trabalha com produtos perecíveis ou na própria casa.

### O USUÁRIO TEM DIREITOS

Os paulistanos contabilizam prejuízos com os danos que as oscilações e os cortes provocam nos aparelhos eletrodomésticos. Os cortes atingem principalmente a periferia. A falta de energia ocorre em períodos que variam entre quatro e doze horas por dia. Isto para ficarmos só nos limites da cidade de São Paulo. A Eletropaulo Metropolitana, privatizada

em 1998, é a empresa responsável pelo fornecimento da energia na Grande São Paulo.

Os usuários precisam ter asseguradas a qualidade do serviço de geração, transmissão e distribuição da energia elétrica e a sua universalidade no atendimento, sem discriminação do seu uso ou acesso. Do mesmo modo, faz-se necessário fiscalizar os custos, preços, tarifas e as interferências ambientais e urbanas, para coibir práticas abusivas contra os interesses dos consumidores e usuários.

O vereador Ítalo Cardoso, do PT, encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo um projeto de Lei que cria o Conselho Municipal de Serviços Públicos de Energia. Este conselho será um órgão consultivo e deliberativo, sem remuneração, composto por treze membros, com representantes dos usuários, das prestadoras dos serviços, dos trabalhadores nestas empresas, dos poderes Executivo e Legislativo, do Procon e de organizações não governamentais que atuem nas áreas da saúde e meio ambiente. Esse projeto teve como base o apresentado pelo deputado estadual do PT, Rui Falcão, à Assembleia Legislativa antes de ser iniciado o processo de privatização das estatais do setor de energia.

Diante de ocorrências que comprometam a qualidade da iluminação pública e o abastecimento da população, o Conselho poderá propor a taxação maior dos tributos municipais à prestadora do serviço, de maneira a compensar os prejuízos dos municípios. Inclui-se aí o direito às compensações e indenizações aos atingidos por empreendimentos energéticos, que venham sofrer danos físicos ou materiais na cidade de São Paulo.

Lembremos que em fevereiro a cidade de Buenos Aires sofreu um blecaute de energia que durou onze dias. O prefeito da capital argentina, Fernando de la Rúa, determinou que a empresa Edersur, responsável pelo fornecimento pagasse uma multa de sessenta milhões de dólares. A empresa também enfrenta ações na Justiça de ressarcimento de danos dos habitantes de Buenos Aires. Não esperemos de FHC, Mário Covas, ou de Celso Pitta, a mesma atitude. Mas iniciativas como a apresentada na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa podem ajudar na defesa dos cidadãos contra os abusos cometidos pelas empresas sucedâneas das estatais, responsáveis pelo atendimento em serviços essenciais.

LUIZ HESPANHA É JORNALISTA E ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

A S S I N E

Revista Sem Terra

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

REVISTA SEM  
TERRA

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

LEIA AS PUBLICAÇÕES DO MST

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, Alameda Barão de Limeira, 1232, CEP 01202-002, São Paulo/SP ou deposite no Bradesco, agência 0136-8, conta 105510-0, nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA.

A S S I N E O J O R N A L

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 25,00  
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal ao CORREIO DA CIDADANIA para Rua Dr Alberto Seabra, 1010, cj 31 CEP 05452-001 - São Paulo/SP ou deposite em conta no Banespa, agência 0451, conta 13-001552-9, nominal ao Correio da Cidadania.

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br



## Entrevistas sobre a crise

**Adhemar Mineiro, Luiz Antonio Elias e César Benjamin (org.).** *Visões da crise.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, 200 p. R\$ 18,00.

O *Journal dos Economistas*, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, vem entrevistando, em cada edição, economistas, diplomatas e intelectuais do Brasil e da América Latina. Esta obra reúne quatorze entrevistas publicadas entre maio de 1997 (Celso Furtado e René Dreifuss) e maio de 1998 (Maria da Conceição Tavares), abarcando outros, Milton Santos, Paulo Nogueira Batista e Tânia Bacelar.

## GLOBALIZAÇÃO: O FATO E O MITO

**José Luís Fiori, Marta Skinner de Lourenço e José Carvalho de Noronha (org.)** *Globalização: o fato e o mito.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, 240 p. R\$ 20,00.

Publicação do seminário promovida entre 13 e 15 de abril de 1995 pela UERJ, UFRJ e Ed. Vozes. O trabalho é nucleado pelas intervenções centrais de José Luís Fiori, Maria da Conceição Tavares e Luiz Eduardo Melin, Ignácio Ramonet, Paul Hirst, Robert Castel e Robert Boyer. Onze comentários problematizam os *papers* de Ramonet, Hirst, Castel e Boyer.

## Construção nacional em xeque

**Celso Furtado.** *O capitalismo globalizado.* São Paulo: Paz e Terra, 1998, 83 p. R\$ 9,50.

Intervenções do decano dos economistas brasileiros, agrupadas na forma de um longo ensaio. Seus eixos são um balanço da trajetória intelectual do próprio autor e o esforço de construção de uma economia nacional baseada na industrialização e agora colocada em xeque pela globalização. Parte importantes tratam também da dimensão cultural do desenvolvimento e do risco da ingovernabilidade.

## FORA DE CONTROLE

**Manoel Malaguti, Reinaldo Carcanholo e Marcelo Carcanholo (orgs.).**

*Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo.* São Paulo: Cortez, 1998. 120 p.

O exame de distintas facetas do neoliberalismo e de seu impacto negativo sobre os povos. Além de textos dos organizadores, contém artigos de André Gorz, Serge Halimi, Alain Morice e a contribuição apresentada por Michael Löwy na reunião internacional promovida pelos zapatistas em julho de 1996.

## A sociologia de Florestan

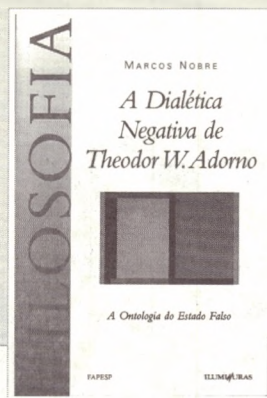
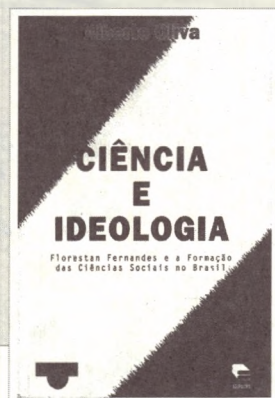
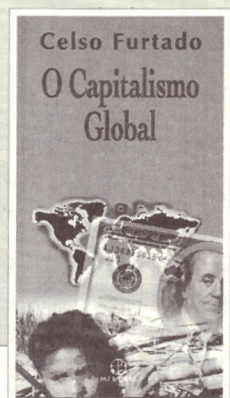
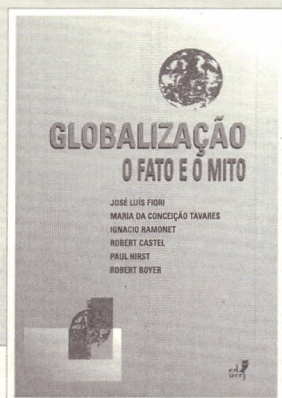
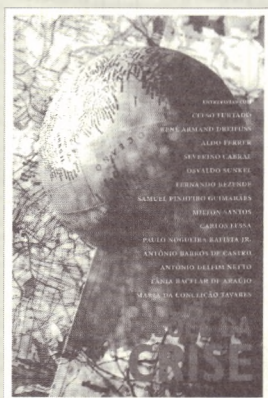
**Alberto Oliva.** *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil.* Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 1997. 354 p.

O livro mostra, a partir de uma exaustiva análise da metodologia proposta por Florestan Fernandes, como ele empreendeu sua tentativa de sínteses de Durkheim, Weber e Marx a partir de uma visão empirista tradicional de ciência, que o conduziu a desconsiderar o caráter contraditório das concepções que procurava unificar em uma metodologia para as ciências sociais.

## UM PERCURSO INTELECTUAL

**Marcos Nobre.** *A dialética negativa de Theodor W. Adorno: a ontologia do estado falso.* São Paulo: Iluminuras; Fapesp, 1998. 190 p.

Análise da obra do filósofo marxista alemão, principal expoente da Escola de Frankfurt, que toma como fio condutor o tema da "ontologia do estado falso" do mundo moderno e centra sua problematização na Dialética negativa. Nobre confronta as formulações de Adorno com as de Benjamin, de uma parte, e de Habermas, de outra.



## NELSON W. SODRÉ

Historiador e militante do PCdoB, Nelson Werneck Sodré, morre em janeiro deste ano aos 87 anos. Sodré foi dos poucos a quem a posição de general do exército não impediu de se identificar com a esquerda. Tendo desenvolvido um papel importante à frente do ISEB durante os governos de Juscelino e Goulart, foi preso e cassado após o golpe militar de 1964. Como militar esteve empenhado na mudança no exército para torná-lo progressista; como escritor identificado com o marxismo escreveu obras que tiveram uma grande influência na intelectualidade brasileira daquele período.

No seu livro *As razões da independência* aborda o papel da Inglaterra junto ao Brasil, seja pela intervenção militar, seja pela ação diplomática. Uma atuação de comando do capitalismo e do imperialismo, na montagem de um Estado com interesses próprios de uma classe dominante, caracterizada pelo latifúndio, escravismo e feudalismo. Sodré pretendia mostrar uma história e um destino comum dos povos latino-americanos, tratada de

forma fragmentária pelos historiadores oficiais.

Em *Introdução à Revolução Brasileira* (1958) revê "a evolução da sociedade brasileira". Para isso aborda economia, cultura, raça, procurando destacar a contribuição do negro para a nossa formação. Embora a edição inicial abordasse a evolução militar no país, Sodré extrai esta parte para publicar mais tarde *História Militar do Brasil*. No seu livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945), ele apresenta um roteiro-síntese sobre quase todos os temas de nossa história: a Europa e seu desenvolvimento no século XV, Portugal e sua formação, as navegações, a colonização, as formas de absorção do índio e do negro no domínio colonial, a Independência, o Império, a Abolição e a República.

Entre seus livros de maior destaque, está *Formação Histórica do Brasil* (1962), que retoma suas reflexões sobre os modos de produção que acompanham a história do Brasil e debate a colonização, a independência, o império, a república e a revolução no país. Sodré discute a sucessão dos modos de produção no Brasil: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo. Segundo Sodré é só com a

deterioração da comunidade primitiva que aparece a primeira divisão social do trabalho. O pastoreio separa-se da agricultura e com ela o excedente e a necessidade da troca, o mercado e as classes sociais. Será o novo regime escravista, segundo Sodré, que motivará a segunda divisão do trabalho em grande escala entre a agricultura e a indústria. O horror do escravo aos utensílios de trabalho e a deterioração da força física impuseram a substituição do escravo pelo trabalhador. Os camponeses e artífices já não suportavam a carga militar e o ônus dos impostos. Com isso, surge o colonato e o feudalismo baseado no trabalho livre e no pagamento de taxas ao senhor pelo uso da terra. As trocas propiciadas pelo feudalismo criam competições, estruturas de poder econômico e político, geram o mercado. Criam-se especializações regionais, circulação de capitais e provocam o surgimento do capitalismo.

Embora suas interpretações sejam polêmicas e possamos considerá-las limitadas diante dos estudos relativos à formação nacional, o Brasil perde um importante intelectual de esquerda. Seu último livro foi *A farsa do neoliberalismo*.

**Andrea Butto**



## Obra indispensável

**Pierre Bourdieu.** *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 151 p. R\$ 14,00.

A capa do livro explica que contrafogo é um fogo ateado ao encontro de um incêndio florestal para impedir-lhe a propagação, também chamado de fogo de encontro. Bourdieu assumiu um papel central no combate ao neoliberalismo na França e suas intervenções tem adquirido um papel político cada vez mais importante.

Este pequeno grande livro, coletânea de textos e discursos feitos entre 1995 e 1998 (exceto uma entrevista que abre a obra, de 1991, "A mão esquerda e a mão direita do Estado"), é um rico arsenal de análises, esclarecimentos e argumentos úteis para a luta contra o neoliberalismo em qualquer parte do mundo, inclusive no Brasil.

Os ensaios e artigos tratam de um

amplo espectro de temas, como a crítica do jornalismo, o uso manipulatório da televisão, a denúncia do pensamento único, a necessidade de um Estado social europeu, o movimento dos desempregados na França, o papel crítico que os intelectuais deveriam desempenhar, os abusos do poder que se baseiam na razão e, de um modo geral, o combate ao neoliberalismo, que Bourdieu chama de "utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites". Entre os textos está seu célebre discurso na assembleia dos grevistas de dezembro de 1995, "Contra a destruição de uma civilização". Trata-se de uma leitura obrigatória para todos aqueles engajados, como Bourdieu, na luta contra o neoliberalismo.

## STANLEY KUBRICK

Dois curtas e apenas treze longas-metragens em quarenta anos de carreira. Desde Orson Welles, nenhum cineasta exerceu tanta fascinação, tanto sobre o público quanto sobre a crítica.

Nascido em New York em 26 de julho de 1928, Kubrick trabalhou como fotógrafo para a revista *Look*. Seu primeiro longa-metragem foi *Fear and Desire* (1953), uma produção independente e barata, financiada por amigos e parentes. Filmou em seguida, *Killer's Kiss* (1955), *The Killing* (1956) e *Paths of Glory* (1957), uma feroz crítica ao militarismo — sucessos de crítica mas fracassos comerciais. Em todos estes filmes, Kubrick trabalhou na cenografia, na direção de fotografia e na montagem, sem salário, mas com uma percentagem sobre eventuais lucros, que não existiram.

Em 1960, Kubrick substituiu Anthony Mann na direção de *Spartacus*, realizando, com a colaboração do roteirista Dalton Trumbo (que estava na

lista negra macartista), uma das obras mais marxistas da história da sétima arte e uma ode universal em favor da liberdade de se revoltar..

Ele deixa os Estados Unidos em 1961 para se instalar definitivamente na Inglaterra. No ano seguinte, com a ajuda de Vladimir Nabokov, ele adapta *Lolita*, onde atinge um maravilhoso equilíbrio entre um tom tragicômico e uma carga violentamente irreverente. Este senso de sátira atingirá seu auge em 1964 com *Dr. Strangelove*, uma das farsas apocalípticas mais geniais da história do cinema.

2001, *a Space Odyssey*, o filme mais ambicioso e inovador desde *Cidadão Kane*, de Orson Welles, foi sua próxima realização. Abarcando toda a história da humanidade, o filme de Kubrick elimina a noção de tempo, para abrir aos espectadores as portas de perspectivas metafísicas vertiginosas.

A partir deste filme, o cinema de Kubrick se apoiará quase sempre em um discurso elíptico, que o desembaraça de toda obrigação narrativa e numa técnica que combina

elementos de superprodução com aspectos de filmes experimentais de laboratório. Ele realizará várias adaptações muito pessoais de livros totalmente diferentes: em 1971, *A Clockwork Orange*, do livro de Anthony Burgess; em 1975 *Barry Lindon*, do romance de William Thackeray; em 1980, *The Shining*, baseado no livro de Stephen King; e em 1987, *Full Metal Jacket*, de um célebre livro sobre a guerra do Vietnã de Gustav Hasford — quatro filmes em mais de vinte anos, com pausas cada vez mais longas entre um e outro. Ele levou mais de doze anos para realizar seu último filme, *Eyes Wide Shut* (Olhos bem fechados), sobre o qual ele trabalhou até as vésperas de sua morte.

Por seu caráter exigente, sua recusa a toda concessão e sua firme vontade de permanecer no controle de sua obra até a sala de projeção, Kubrick realizou o sonho de toda uma geração de cineastas, chocando-se com os limites da produção, das diretrizes dos estúdios e das imposições do star-system.

**Michel Laszlo, do Rouge**





FERNANDO LEAL, A EPOPEIA DE COLUNA, 1930

## BRASIL 500 ANOS

# RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

A REFLEXÃO SOBRE ESSES 500 ANOS DEVE PERMITIR UMA LEITURA CRÍTICA DE NOSSA HISTÓRIA DO PONTO DE VISTA DAQUELES QUE SOFRERAM E LUTARAM CONTRA A ESPOLIAÇÃO E A EXPLORAÇÃO.

**A**proxima-se a data – 22 de abril de 2000 – que nos fará refletir sobre o dia, 500 anos atrás, em que um grupo armado de portugueses desembarcou nestas terras, com a meta de anexá-la como território colonial.

Aqui viviam, há mais de 40 mil anos, mais de 5 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 970 diferentes povos. Eram os legítimos donos destas terras, possuidores de tudo – menos de anticorpos para doenças europeias, de armas mortais à base de pólvora e chumbo, nem do impulso de violência, exploração, depredação e saque. Disto, eram portadores privilegiados aquele grupo de homens maltrapilhos e doentes que desceu na praia da hoje Cabralia, sul da Bahia, cinco séculos atrás, dizendo que estavam “descobrimo um Novo Mundo” e que para estas terras trariam sua noção de civilização, progresso e evangelização.

Naquele dia foi dado início à expansão do Velho Mundo nestas terras, através da sua brutalidade letal e organizada, pronta para projetar-se contra tudo e contra todos que estivessem em seu caminho. Aquele 22 de abril de 1500 foi um dia mítico, matriz de uma história violenta e desumana, que continua até aos nossos dias.

### NOSSA LEITURA HISTÓRICA

Nós, povos indígenas, movimento negro, movimentos sociais e entidades articuladas no movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* fazemos uma leitura da nossa história a partir de um lugar bem definido – dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial.

Não acreditamos numa história escrita pelas classes dominantes, em que estas se colocam como protagonistas únicos e vencedores incontestáveis, tendo seus personagens guindados à posição de heróis de uma versão mistificadora e falsa do processo histórico. Pretendemos, através do nosso movimento, desmistificar a construção da mentira oficial e revelar a verdade histórica vivida pelos povos indígenas, pelos povos escravizados, pelas classes sociais e setores populares explorados e excluídos:

- a verdade dos povos indígenas que, ao longo destes cinco séculos, vem sofrendo um processo contínuo de extermínio e abandono, não obstante as lutas heróicas e desiguais que sempre travou – e continua travando – para preservar seus territórios, suas culturas, suas identidades, suas religiões, seus projetos de vida;

- a verdade dos povos africanos aprisionados, sequestrados para cá, escravizados

e que, durante quase 400 anos, viveram neste país a afronta de um sistema de produção então já condenado pela história. Protagonistas de gestos também heróicos, fundaram aqui territórios livres – os quilombos – que até os dias de hoje são provas vivas da afirmação da dignidade humana frente a um poder infame; e

- a verdade dos setores populares que, durante toda a nossa história lutaram para mudar o seu curso, na busca da constituição de uma sociedade justa e fraterna. Os setores populares foram os protagonistas maiores da nossa recente luta contra a ditadura militar e contra a implantação entre nós do modelo neoliberal. Hoje, a luta pela reforma agrária e a luta contra o desemprego em massa são dois de seus combates maiores no rumo da construção de uma nova sociedade.

Durante a difícil constituição da sociedade brasileira nestes 500 anos, a violência sempre permaneceu, mudando sempre de forma. De igual maneira, os exemplos de generosidade, criatividade e de vontade de construir um território livre e independente e uma sociedade justa e humana sempre existiram e quem os legou a nós foram os povos indígenas, os povos escravizados e os setores populares. São estes, também, os que nos dias de hoje continuam a nos dar exemplos constantes de que é possível transformar a vida e a sociedade, em benefício de todos.

Pretendemos, através do nosso movimento, expor nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações oficiais. Estas irão festejar os 500 anos da construção de uma nação supostamen-

te unida e harmônica, erguida, na sua visão, com a “contribuição voluntária” dos povos indígenas, dos africanos “traslados” para estas terras e dos brancos europeus. Para as comemorações oficiais, não existe a noção de conflito, hoje como no passado. Para nós, pelo contrário, a noção de conflito é central na história como no presente, projetando-se no futuro.

A brutalidade do genocídio indígena capitaneado pela empresa colonial e responsável pela extinção de povos inteiros, a barbárie da sociedade escravocrata que espoliou os povos africanos sacrificando e desagregando famílias e comunidades, a crueldade atroz, que vitimou e vitima quotidianamente os setores populares, marca uma das sociedades mais desiguais do planeta: a sociedade brasileira até os dias de hoje. Todas essas realidades históricas não podem ser compreendidas sem a noção central de conflito – conflito entre povos, entre classes, entre ideologias, entre concepções de vida, de mundo, do humano, da própria história.

### NOSSAS CELEBRAÇÕES

O nosso movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* pretende celebrar sim, mas celebrar as vitórias conquistadas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas, através das iniciativas populares, plenas de heróis anônimos, que nunca terão os seus nomes inscritos nos livros de história. Vamos celebrar sim, mas as vitórias que nos custaram tanto sangue e tantos mártires, tanto sofrimento e

esperança nos corações de gente que nada tinha para lutar, senão a sua fé num mundo menos desumano.

Vamos celebrar sim, as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual: de um lado a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida e a arrogância de classe; de outro lado, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a humildade e generosidade anônimas, a infinita esperança.

No quadro destes 500 anos, vamos celebrar também o futuro. Herdeiros de um passado de resistência e luta, trazemos a certeza de que, apesar de tantas desigualdades e injustiças que permanecem, construiremos uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e que tantos buscaram antes de nós.

### NOSSAS AÇÕES

Para atingir os nossos objetivos de refletir e celebrar a resistência indígena, negra e popular nestes 500 anos de história brasileira, comprometemo-nos com as seguintes ações:

- desencadear, em todos os movimentos e entidades nos quais participamos o processo de reflexão, atividades culturais e de luta que tenham como referência a questão dos 500 anos;

- lançar, durante a semana de 18 a 24 de Abril de 1999, de forma simultânea e articulada, em todo o país, por parte de todos os movimentos sociais que se engajarem, o movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*;

- durante o mês de Abril do ano 2000, realizar diversas ações no extremo sul da Bahia – marcha conjunta, ato ecumênico e ato cultural – para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular; e

- articular o nosso movimento com as lutas sociais já existentes no âmbito local, regional e nacional e projetá-lo no âmbito internacional, tanto na América Latina como na Europa, particularmente em Portugal.



LANÇAM ESTE DOCUMENTO O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI), A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES (CMP), A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), O CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL (CAPOIB), O GRUPO DE TRABALHO MISSIONÁRIO EVANGÉLICO (GMTE), O STUDIO R DE FOTOGRAFIA E A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS (CONEN).